



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 20 de Janeiro de 2020

ANTÔNIO
GOISantonio.gois@educacao.org.br

De volta para o passado

Se Marty McFly, personagem da trilogia “De volta para o futuro”, viajasse no tempo para algum período há dois, dez ou 20 anos atrás, teria dificuldade de convencer seu interlocutor de que manchetes como “Secretário de Cultura cai após copiar discurso nazista” seriam publicadas em janeiro de 2020 no Brasil.

Roberto Alvim foi o segundo integrante do

núcleo olavista do primeiro escalão do governo a ser demitido. Caiu não porque Bolsonaro discordava de suas ideias. Na véspera da demissão, num pronunciamento em redes sociais feito ao lado de Alvim e do ministro Abraham Weintraub (Educação), o presidente elogiava seu então subordinado, dizendo que, finalmente, “depois de décadas temos um secretário de Cultura de verdade”. Mas a reação ao infame pronunciamento com trechos copiados de discursos nazistas foi tão forte que ele teve que ceder.

Antes de Alvim, o outro ministro do mesmo núcleo demitido fora Ricardo Vélz Rodríguez. Sua indicação para o cargo veio de Olavo de Carvalho e seus alunos, mas Vélz se enfraqueceu com o presidente especialmente quando entrou em choque com os olavistas, ao tentar empoderar a ala mais técnica do ministério e enfraquecer os militantes ideológicos.

Vélz foi substituído por Weintraub, que passou a chamar a atenção da comunidade educacional principalmente por sua capacidade de baixar o nível do debate público, recorrendo axingamentos em redes sociais (co-





mo se referir à mãe de uma internauta que o criticou como “égua sarnenta e desdentada”), ataques infundados à educação pública (caso da afirmação que universidades federais têm “plantações extensivas de maconha” em seus campi), além dos impressionantes e corriqueiros ataques ao nosso idioma.

Há quem diga que a guerra ideológica do governo faz muito barulho e pouco efeito, e que a imprensa exagera em dar destaque a essas coisas. Talvez seja um diagnóstico possível para outras áreas — algo já bastante discutível —, mas certamente não é no caso da educação, onde a capacidade de liderança e mobilização de diversos atores do sistema é uma característica imprescindível do ocupante do mais importante cargo público no setor.

No caso da educação básica, para o bem ou para o mal, qualquer mudança significativa proposta de Brasília só acontece se efetivamente chegar às salas de aula. Para isso, é preciso primeiro articular bem as políticas públicas com secretários municipais e estaduais de educação, responsáveis por 80% das matrículas no setor.

Ter os secretários alinhados com a política

pública federal é necessário, mas não suficiente. A formação de professores, por exemplo, acontece em universidades públicas (que tem autonomia didático-científica garantida pela Constituição) ou no setor privado, onde a interferência federal nos currículos é também limitada. Além disso, nenhuma mudança chegará para valer aos estudantes sem que os 3 milhões de professores estejam preparados, motivados ou ao menos convencidos de sua pertinência. E há também os próprios jovens, crianças, e suas famílias, peças igualmente fundamentais no complexo tabuleiro de nosso sistema educacional. Por isso é tão importante um titular do MEC com capacidade de convencimento e diálogo construtivo com todos esses atores.

Por todo o conjunto da obra, Weintraub não é unanimidade dentro do governo, e há pressão interna por sua demissão. Pode até ser que ela aconteça, mas vale lembrar que Bolsonaro, assim como no caso Alvim, faz com frequência elogios públicos a seu ministro. Por ora, portanto, não há sinal externo visível de que o presidente deseje mudança significativa nos rumos do MEC.

Inep estende checagem de erros ao 1º dia do Enem

Estudantes reclamaram de resultados das provas de Linguagens e de Ciências Humanas; governo também informou que o resultado de falhas será divulgado no começo da noite de hoje e que abertura do Sisu está mantida para amanhã

Um dia após confirmar que a correção do Enem 2019 teve um erro que pode ter prejudicado até 30 mil candidatos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) afirmou ontem que, como participantes também reportaram à instituição questionamentos sobre as notas das provas aplicadas no primeiro dia (Linguagens e Ciências Humanas, além da Redação), optou por estender a revisão a esses exames.

Segundo o órgão, o objetivo

é “tranquilizar” os estudantes e dar segurança aos participantes. Os resultados da análise feita pelo órgão devem ser divulgados apenas no início da noite de hoje.

Inicialmente, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia dito que o problema tinha sido detectado apenas no segundo dia de prova (Matemática e Ciências da Natureza).

Até o fim da noite de ontem, o governo também garantia que o início das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que é a

porta de entrada para as faculdades federais, está mantido para amanhã. É através do Sisu que os candidatos usam suas notas no Enem para tentar uma vaga em cursos e universidades.

‘MUITO ANGUSTIANTE’

Possíveis erros na correção do primeiro dia também têm sido apontados por alguns candidatos — e de vários estados do país, não mais apenas de Viçosa (MG), onde o problema foi detectado inicialmente.

A estudante Júlia Ferreira





dos Santos, de 18 anos, que fez a prova na Faculdade Santo Antônio, em Alagoinhas (BA), diz que observou discrepâncias nos resultados das provas de Linguagens (ela obteve 631,2 pontos, tendo acertado 33 das 45 questões) e de Ciências Humanas (ficou com 689,6 tendo 33 acertos e 1 questão anulada), ambas aplicadas no primeiro domingo da prova.

Júlia pretende cursar Medicina na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e é o terceiro ano em que presta o Enem, o segundo “pra va-

ler” (da primeira vez, fez como “treineira”). Ela conta que, embora tenha acertado menos questões na edição de 2018 da prova, obteve notas maiores.

— Com a nota errada (*em 2019*), é impossível conseguir (*vaga no curso na UFBA*). Mas, se tiver correção, acho que consigo alcançar a nota necessária — relatou.

Também candidata a um curso de Medicina, mas na Universidade de Pernambuco, Giovanna Vilela, de 16 anos, fez a prova em um colégio em Garanhuns e es-

tranhou suas notas finais nas provas de Linguagens (619 com 42 acertos) e de Ciências Humanas (652,5 com 41 acertos).

— A gente se sente muito lesada, e não tem muito o que fazer. Não é só um ano de estudo, é uma vida toda — lamentou a estudante, que diz que, para cursar Medicina, precisaria de notas mais altas: — Minha nota não chega nem perto da nota de corte. E eu estava confiante porque fiz muitos acertos. É muito angustiante para o aluno e para a família.

Desinformação nas eleições municipais

GILBERTO SCOFIELD JR., LUCIANO SANTOS E ARIEL KOGAN

Conhecimento midiático é proteção à democracia

No dia 30 de agosto passado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) anunciou seu Programa de Enfrentamento à Desinformação com foco nas eleições de 2020, uma iniciativa bastante aguardada diante da importância que a desinformação em larga escala passou a ter através do uso das redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas em eleições ao redor do planeta, incluindo a eleição brasileira de 2018.

Onze dias antes, a Agência Lupa de Checagem de Fatos, em parceria com o Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), dava início ao primeiro de uma série de eventos em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) do país. Começava por Porto Velho, em Rondônia, uma caravana educativa que passou ainda por Amazonas, Pará, Espírito Santo e Minas Gerais. Foram mais de 150 pessoas que participaram, de juízes a mesários, de servidores públicos do Judiciário eleitoral a jornalistas locais.

O desafio é chegar até as eleições de outubro deste ano —uma das maiores do planeta em termos de candidatos— havendo realizado encontros em todos os TREs brasileiros. A intenção é fortalecer o intenso trabalho de combate à desinformação em prol do próprio processo eleitoral, um dos pilares da democracia, contra diversos ataques —daqueles que começam em insinuações sobre a lisura do processo eleitoral e que partem dos próprios candidatos até investidas orquestradas de grupos dispostos a tumultuar o processo com insinuações de que urnas estão fraudadas ou zonas de votação não estão funcionando.

Não é fenômeno novo, mas com a adoção da desinformação como tática política dos mais diversos grupos do espectro político partidário e ideológico e com o uso cada vez maior das redes sociais como fonte de consumo de conteúdo, o problema ganhou em escala e seriedade.

O Congresso tem caminhado na direção da criminalização da prática de se criar e espalhar notícias falsas nas redes. Trata-se de uma normatização complexa. Afinal,

como distinguir as empresas pagas para disseminar inverdades a respeito de pessoa ou instituição daquela “tia do WhatsApp”, figura que reproduz um conteúdo falso porque recebeu de “pessoa de confiança”, não possui educação midiática ou simplesmente está assustada demais com tudo para discernir o que é certo do que é errado?

As eleições municipais de 2020 apresentam uma enorme complexidade em relação à desinformação acelerada pelo uso de tecnologias, já que em grande parte dos municípios brasileiros não existe uma mídia independente e, principalmente, com capacidade de fazer frente a processos de desinformação em larga escala no nível local.

Algumas das ações possíveis para os estragos gerados por esses novos processos de desinformação são: uma grande campanha nacional de sensibilização em relação ao consumo e repasse de informação em período eleitoral; a construção de métricas e ferramentas de acompanhamento e monitoramento do impacto da desinformação em processos eleitorais; a preparação das grandes plataformas de





tecnologia para antecipar processos de “linchamentos virtuais” durante e fora do processo eleitoral.

E o caminho que nós acreditamos ser o mais frutífero e escolhemos para contribuir nessa empreitada contra a desinformação é a educação. Queremos que cada cidadão seja um checador preparado e pronto para agir, repassando conhecimentos e fatos, porque a velocidade de proliferação da mentira é mais rápida que a capacidade de checagem do que é verdade. Isso tem que ser freado.

Recente reportagem especial da CNN mostra o caso extremamente bem-sucedido da Finlândia, cujo governo vem desde 2014 (há cinco anos, portanto) espalhando entre estudantes, trabalhadores, servidores e, em especial, jornalistas, conceitos que os ajudem a entender melhor a complexa paisagem digital de hoje. As lições incluem como identificar

imagens manipuladas, como verificar informações fora de contexto, como checar dados, como identificar robôs em perfis falsos e por aí vai.

O resultado é que a Finlândia é, hoje, o país com o mais alto nível de educação midiática do mundo. De nossa parte, no caso brasileiro, somos incansáveis na educação midiática e letramento digital. Proteger as eleições da desinformação é também proteger a democracia.

Gilberto Scofield Jr.
Jornalista e diretor de Estratégia e Negócios da Agência Lupa

Luciano Santos
Diretor-executivo do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

Ariel Kogan
Diretor do Instituto Tecnologia e Equidade

O jornal a favor da educação

MÔNICA S. GOUVÊA

Ativo para formar indivíduos reflexivos e atuantes

Atualmente, crianças e jovens têm mais acesso do que nunca à informação. Por isso, as primeiras atitudes a serem tomadas no âmbito educacional são: questionar o pressuposto de que os estudantes sofrem influência negativa da mídia e são incapazes de resistir a seu poder e rebater a crença de que somente os professores têm condição de oferecer aos alunos ferramentas de análise crítica para resgatá-los e capacitá-los.

Há mais de duas décadas vem crescendo um movimento que incentiva a maior compreensão da evolução dos meios de comunicação e de como estes se relacionam com o público infantojuvenil. Como afirma Ariane Porto Costa Rimoli, paralelamente a seu caráter nocivo e prejudicial, os meios de comunicação passaram a ser vistos também como indutores da democracia e dos direitos humanos, na medida em que consideram hoje crianças e jovens não apenas seus “consumidores” e “produtos”, e sim possíveis “produtores” de mídia. Mas qual mídia é essa?

Hoje, quando se fala em mídia, pensamos primeiro nos meios

digitais, nas redes sociais e na forma íntima e intensa com que crianças e jovens se utilizam deles para se divertir, produzir conteúdo informal e se informar —nem sempre em plataformas e fontes confiáveis. É certo que crianças são naturalmente curiosas, querem conhecer e participar do que acontece em seu entorno, fazer perguntas, questionar.

Como, então, saciar essa curiosidade com segurança, bom nível e possibilidade de uso igual para todos?

Sabemos que a desigualdade no acesso aos dispositivos e às habilidades em lidar com programas, jogos etc. existe e se deve às discrepâncias econômicas, culturais e sociais entre todos os indivíduos, incluindo o público infantojuvenil. Por consequência, no Brasil, a TV e a mídia impressa ainda ocupam lugar importante no dia a dia do público infantojuvenil e adulto, trazendo informação de qualidade e acessível para a maior parte da população.

Nesse contexto, o uso do jornal Joca na sala de aula surge como alternativa para ampliar o repertório de conhecimento dos estudantes, formar leitores e incrementar o aprendizado sobre os gêneros da esfera jornalística. Primeiro e único jornal no país para jovens e crianças,

o periódico é escrito com linguagem apropriada e traz notícias, reportagens, entrevistas, curiosidades e assuntos atuais sobre o Brasil, o mundo e o universo infantojuvenil.

Desde que começou a trabalhar com os gêneros textuais reais na sala de aula (contos, fábulas, textos informativos, poemas, notícias, reportagens, entrevistas etc.), a escola é a primeira a reconhecer e aceitar o papel fundamental da mídia em informar e formar indivíduos reflexivos, críticos e atuantes na sociedade em que vivem. Além disso, há muito se sabe que ler ficção e não ficção é parte importante do desenvolvimento infantil e traz uma série de benefícios, como o desenvolvimento da linguagem oral e escrita e da criatividade.

A escola se coloca, assim, como um dos espaços fundamentais em que a cultura juvenil é construída e representada —e o uso do jornal como uma ferramenta que contribui para formar cidadãos é um complemento importante para isso.

Mônica S. Gouvêa

Socióloga e psicóloga, é diretora educacional do Joca, o único jornal para jovens e crianças do Brasil

Erro no Enem

Erro extremamente grave, que compromete a confiança de candidatos na sua nota ("MEC divulga notas do Enem com erros; 39 mil pessoas podem ter sido afetadas", *Cotidiano*, 19/1). Qual seriam os adjetivos atribuídos aos responsáveis?

Ana Maria Souza de Araújo (Fortaleza, CE)

✱

Abraham Weintraub está sempre se explicando por algum tropeço. Parece até um petista.

Luiz Felipe de Bello Cardoso (São Luís, MA)

✱

Este governo só acumula erros. Com um ministro analfabeto e uma equipe igual, não é novidade.

Marisa Oliveira (Curitiba, PR)

✱

Será que foi porque o governo só nomeou cargos comissionados com perfil técnico, e não ideológico?

Lucinio Nones (Blumenau, SC)

✱

O Enem precisa acabar, pois não tem mais credibilidade. Precisamos ter de volta mais vestibulares

Francesco Bernardo Pereira (Varginha, MG)

✱

Que "balbúrdia".

Daniel Souza Medeiros (São Paulo, SP)

Verba para área social depende da aprovação de pacote de Guedes

Governo espera economizar R\$ 6 bilhões neste ano, valor que foi realocado para programas sociais e investimentos

Thiago Resende
Bernardo Caram
BRASÍLIA

Com aval do governo Jair Bolsonaro, a liberação de R\$ 6 bilhões neste ano para investimentos e para a área social, como o programa Minha Casa, Minha Vida, depende da aprovação até junho de parte do pacote de ajuste nas contas públicas apresentado pela equipe econômica em 2019.

O Orçamento de 2020, aprovado pelo Congresso, prevê que a chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, cujo principal objetivo é conter a despesa com servidores públicos, entre em vigor no segundo semestre.

Se o plano funcionar, o governo espera economizar R\$ 6 bilhões neste ano, valor que foi realocado para programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida e o SUAS da assistência social, além de construção de rodovias e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável.

Embora pregue o realismo na contabilidade pública, a equipe econômica incluiu essa economia no Orçamento sem que houvesse qualquer previsão de análise do texto pelo Congresso.

Na prática, se a PEC não for aprovada dentro do prazo, o governo ficará impedido de executar essas despesas, e os recursos serão obrigatoriamente destinadas à cobertura de gastos com servidores.

A tramitação de uma emenda à Constituição é a mais longa do processo legislativo. Apresentada em novembro, a PEC Emergencial está na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Depois, seguirá para votação em dois turnos em plenário, antes de ser enviada para análise dos deputados. Na Câmara, passará na CCJ, em uma comissão especial e finalmente em plenário, também em dois turnos.

Para a aprovação de uma PEC, é necessário o aval de ao menos três quintos dos parlamentares nas votações em plenário (308 deputados e 49 senadores).

Além dessa dificuldade, a proposta do governo entra em uma área sensível ao afetar diretamente

servidores públicos, categoria bem articulada e com forte atuação no Legislativo.

O texto cria gatilhos para quando União, estados e municípios tiverem problemas financeiros. Para evitar que o governo gaste mais do que arrecada, medidas de ajuste serão acionadas quando a despesa corrente exceder 95% da receita corrente.

Entre os gatilhos, está uma redução da jornada de trabalho do servidor em 25%, com corte proporcional de salário. O texto ainda proíbe reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras e concursos por dois anos.

No caso da reforma da Previdência, cuja tramitação foi considerada um sucesso pelo governo, a equipe econômica apresentou a PEC ao Congresso em fevereiro do ano passado e o texto foi promulgado apenas em novembro.

Se a previsão de aprovação até junho não for cumprida, serão bloqueados, por exemplo, R\$ 499 milhões de programas de fomento ao setor agropecuário, R\$ 380 milhões do Minha Casa, Minha Vida e R\$ 329 milhões do SUAS (Sistema





Único de Assistência Social), pelo qual municípios recebem dinheiro da União para atendimento à população carente.

Há ainda R\$ 1,7 bilhão em apoio ao desenvolvimento sustentável local e R\$ 3,1 bilhões em outros programas de investimento.

Para assegurar essa parcela do orçamento dos programas, o governo teria que cortar despesas públicas em outras áreas como forma de evitar o descumprimento do teto de gastos, limite de crescimento das despesas públicas pela inflação.

Diante dessa amarra, Bolsonaro precisa escolher onde gastar, pois o espaço é limitado. Neste ano, todo o espaço sob o teto foi usado e não há margem para ampliação de gastos. Para aumentar uma despesa, outra precisa ser cortada.

Técnicos do Congresso avaliam que, ao incluir o impacto da PEC, o Orçamento acaba não refletindo a realidade e pode gerar dificuldades financeiras para o Tesouro.

O relator do projeto de Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), disse que o prazo para prever os efeitos da PEC Emergencial foi negociado com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Neto disse que o assunto também foi discutido com o governo. "Isso faz parte da agenda de saúde fiscal para elevar investimentos no país".

O Ministério da Economia não quis comentar a lista de despesas que dependem da aprovação de parte do pacote de Guedes. "Todas as questões devem ser tratadas com o Legislativo", declarou, em nota.

Neste ano, o governo está duplamente nas mãos do Congresso para executar o Orçamento. Isso porque, além das despesas condicionadas à PEC Emergencial, o Executivo vai precisar que os deputados e senadores autorizem um gasto adicional de R\$ 343,6 bilhões.

O aval é necessário para que o governo não descumpra a chamada regra de ouro das contas públicas, que impede o Executivo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, aposentadorias e benefícios assistenciais.

Nesse caso, o governo também terá até o meio do ano para buscar a aprovação do crédito extra. Caso contrário, não terá recursos para bancar subsídios.

Depois, começará a faltar dinheiro para aposentadorias, salários do funcionalismo público e benefícios do Bolsa Família.





PEC da Emergência Fiscal

- Proposta cria gatilhos para quando União, estados e municípios tiverem problemas financeiros
- Medidas de ajuste são acionadas quando a **despesa corrente excede 95% da receita** corrente

OS GATILHOS

- Reduz jornada do servidor em 25%, com corte proporcional de salário
- Proíbe promoção de funcionário (com exceções), reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras e concursos
- Suspende criação benefícios tributários
- Suspende repasse dos recursos do FAT ao BNDES

TRAMITAÇÃO DA PEC

Senado

- Votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
- Análise no plenário, com votação em dois turnos

Câmara

- Votação na CCJ
- Texto segue para comissão especial
- Dois turnos de votação no plenário

Previsão do Orçamento para aprovação da PEC

- Junho de 2020

GASTOS CONDICIONADOS À APROVAÇÃO DA PEC EMERGENCIAL

Em R\$ milhões

Apoio a desenvolvimento sustentável local



Fomento ao setor agropecuário



Minha Casa Minha Vida



Sistema Único de Assistência Social



Outros programas de investimento



Total de

6,1 bilhões

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2020

MEC analisa erros nas provas do 1º dia do Enem

No sábado (18), governo disse que falhas na correção se restringiam ao 2º dia do exame; não há estimativa de afetados

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Os erros identificados nas notas do Enem 2019 não são limitados às provas do segundo dia, como havia sido divulgado no sábado (18) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O governo Bolsonaro já identificou problemas nas provas do primeiro dia e ampliou o escopo de análise.

Após comemorar o sucesso na realização do Enem 2019, o MEC (Ministério da Educação) divulgou no sábado que participantes receberam notas erradas. Segundo o governo, a falha foi da gráfica Valid, que passou a imprimir as provas no ano passado.

Até então, os erros confir-

mados haviam sido identificados apenas no segundo dia da prova (matemática e ciências da natureza).

A assessoria do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao MEC, confirmou neste domingo (19) que passou analisar também as provas do primeiro dia (línguas, ciências humanas e redação).

De acordo com a assessoria de imprensa do instituto, a ampliação da análise ocorreu para tranquilizar os candidatos após o órgão receber pelas redes sociais muitos pedidos para que considerasse também o primeiro dia.

Funcionários do Inep confirmaram à Folha, sob condi-

ção de anonimato, que já foi identificado erro na prova de línguas, do primeiro dia.

No sábado, o governo trabalhava com a informação de que os erros poderiam alcançar até 1% dos participantes, o que representaria cerca de 39 mil pessoas. Não há informações se esse novo escopo de análise vai aumentar a estimativa.

Até a tarde de sábado, o universo de análise era de 50 mil provas.

Os primeiros relatos de possíveis erros surgiram nas redes sociais na sexta-feira (17), quando o MEC liberou as notas. O governo disponibilizou um email (enem2019@inep.gov.br) para receber reclamações.

O estudante Mathews Krabbe, 17, identificou problemas também na sua nota de línguas. "Logo que vi a nota sabia que tinha alguma coisa errada, porque fui melhor neste ano [2019] do que no ano passado mas a nota era mais baixa", conta.

O estudante, que fez cursinho paralelo à uma escola técnica privada, encaminhou a mensagem ao Inep sobre seu caso, mas está pessimista.

"Não posso mais depender disso. Na sexta-feira já fui buscar uma bolsa em cursinho".

Também há relatos nas redes sociais de questionamentos sobre a nota da redação, mas ainda não há confirmações sobre falhas nesse item.

A estudante Thaís Garcia Inocêncio, 21, já encaminhou mensagem ao Inep questionando a nota de redação. Ela obteve 780, mas avaliações de professores de seu cursinho, a partir do rascunho do tex-





O ministro Abraham Weintraub durante entrevista sobre erros nas notas do Enem

André Coelho - 17.jan.2020/Folhapress

to, estimavam uma nota bem superior. "Não acho que houve falha na correção, mas deve ter tido algum erro na digitação", diz ela.

O MEC manteve a data de abertura das inscrições do Sis (Sistema de Seleção Unificada), prevista para terça-feira (21). Apesar do erro, o governo corre para evitar um estrago maior, inclusive politicamente.

A avaliação, tanto de integrantes do governo quanto de parlamentares que acompanham o MEC de perto, é a de que é preciso esperar qual será dimensão do episódio para calcular um possível dano maior a Weintraub.

Weintraub diz a interlocutores que a realização de um Enem sem problemas sempre foi crucial para sua permanência no cargo.

A preocupação se tornou

ainda maior quando sua saída da pasta passou a ser defendida por vários aliados do governo —o presidente Jair Bolsonaro, entretanto, garantiu sua permanência até agora.

Segundo o governo, foram constatados erros na identificação dos candidatos e da respectiva cor de sua prova. A falha ocorreu na gráfica: os arquivos com essas informações teriam chegado ao Inep com divergências, segundo o instituto. O candidato fez a prova de uma cor mas a nota foi corrigida como se fosse de outra.

Além de olhar os casos específicos recebidos por candidatos, o Inep tem feito uma análise estatística que busca inconsistências em toda a base de dados. O instituto ainda não tinha a dimensão do número de atingidos até o início da noite de domingo.



Outros problemas envolvendo o Enem

2009 Um funcionário de uma empresa de segurança que trabalhava na gráfica que imprimia as provas furtou uma cópia e tentou vendê-la ao jornal O Estado de S. Paulo dias antes do exame, que foi cancelado e reaplicado em outra data

2010 Falha na impressão fez com que parte das provas tivesse questões repetidas e até faltantes

2011 Enem tinha 14 questões iguais às de um simulado aplicado uma semana antes em uma escola de Fortaleza; alunos do colégio tiveram essas questões anuladas

2014 Candidatos de Pernambuco e Ceará tiveram que fazer a prova três vezes, depois de ficarem sem energia elétrica e de o caminhão com suas respostas ter sido roubado no Rio

2016 Centenas de escolas pelo país foram ocupadas por estudantes em protesto contra a PEC do Teto dos Gastos e a reforma do ensino médio. Parte dessas escolas teria aplicação do Enem, e 274 mil inscritos fizeram a prova em outra data

2019 Fotos do exame nos dois dias foram publicadas em redes sociais antes do fim da aplicação da prova

Manhãs de aprendizado



Projeto em São Sebastião oferece a meninas de 7 a 13 anos turmas gratuitas de artes e reforço em disciplinas como português e matemática. Aulas são no contraturno escolar

Cibele Moreira

Ações formativas de educação e cidadania. Essa é a proposta do projeto Mais Arte, promovido pela associação sem fins lucrativos Enlace, em São Sebastião. A iniciativa oferece atividades de arte, literatura e acompanhamento pedagógico individual para meninas de 7 a 13 anos. O programa ocorre de segunda a sexta, no período matutino, e atende a cerca de 50 crianças da região. São duas turmas com aulas de teatro, dança, violão, artes visuais, alfabetização,

compreensão de textos, inglês, português e matemática.

Segundo a presidente da associação, Heloise Velloso, a ideia do projeto é ofertar para as alunas uma opção no contraturno escolar. “Esse é um horário em que elas estariam com o tempo ocioso e, em vez de estarem na rua, recebem esse apoio na formação”, pontua. Lívia Cunto, que atuou como coordenadora no ano passado, explica que todo o trabalho é feito de maneira voluntária. “O voluntariado é o nosso forte; sem ele, não funcionaria. Recebemos doações financeiras e realizamos um bazar três vezes ao ano para arrecadar recursos”, explica.

A Enlace conta com 30 voluntárias, das quais, 15 atuam no

Mais Arte. Além disso, o quadro de professoras conta com 30% de contratadas para dar aulas de dança, violão e arte. “Neste ano, a gente quer aumentar as contratações”, adianta Heloise.

Tudo funciona com o apoio da comunidade local, que abraçou a causa. As ações são feitas por mulheres e para mulheres. Além do Mais Arte, a Enlace promove três projetos: o Libélula (que oferta aulas de balé e inglês, além de acompanhamento pedagógico aos sábados); o Gaivota (voltado às mães das alunas, com palestras de temas que envolvem toda a família); e a Jornada Solidária (visitas às casas das alunas uma vez por mês para acompanhamento familiar).

Heloise destaca que o trabalho feito pela associação tem como foco o potencial multiplicador da mulher como uma provedora que repassa o conhecimento e forma a nova geração. “O objetivo é proporcionar a transformação na vida dessas pessoas. Ser esse braço de apoio”, ressalta.

Segundo informações no site da Enlace, cerca de 39,5% da população de São Sebastião não têm o ensino fundamental completo. E 0,56% tem acesso a um curso de línguas. “Estamos em uma região carente. A maioria das famílias atendidas tem média salarial de até dois salários mínimos”, diz Lívia.





Segundo ela, há uma lista de espera para participar das atividades. As matrículas são abertas no início de cada semestre.

Voluntária no Mais Arte, a pedagoga Rayanne Ferreira, 26 anos, conta que está animada para iniciar as atividades neste ano. “Estou estudando para oferecer o melhor para as alunas, além de montar um plano pedagógico para atender bem”, afirma a jovem, que também vai assumir a coordenação do projeto em 2020.

Favorito das alunas

As aulas de artes e de literatura são as favoritas de três alunas do Mais Arte. Giovanna Magalhães

Rocha, 12, conta que as coreografias são o ponto alto do dia dela. “Adoro as aulas de dança. A gente aprende muita coisa aqui. Eu era muito tímida, hoje, já falo mais. Fiz novas amizades. Gosto muito daqui”, relata a menina, que entrou no projeto em 2018.

Para Thamires Cosme dos Santos, 11, a iniciativa ajudou nos estudos regulares. “Eu melhorei na escola. As atividades de leitura me ajudaram muito”, garante a aluna, que diz gostar bastante das aulas de artesanato. O teatro, por sua vez, foi o que conquistou Ana Cláudia, também de 11 anos. O gosto pelo ambiente e pelo trabalho desenvolvido no projeto é tão grande que as meninas queriam passar a virada do ano na novo na sede da

Enlace.

Mãe de Giovanna, Maria de Lurdes, 40, percebeu uma melhora no desempenho da filha após a participação no projeto. “Só tenho a agradecer. Minha filha tinha muita dificuldade em português e, hoje, é a matéria de destaque dela.”

"Esse é um horário em que elas estariam com o tempo ocioso e, em vez de estarem na rua, recebem apoio na formação"

Heloise Velloso, presidente da Enlace, associação responsável pela iniciativa



Participantes e responsáveis pelo Mais Artes: iniciativa tem atividades de dança, literatura e acompanhamento pedagógico

ENEM »

Erros também no 1º dia

Força-tarefa criada pelo Inep revisou resultados dos dois dias de provas, após identificar erro que pode ter prejudicado até 30 mil candidatos. União Nacional dos Estudantes (UNE) critica atuação dos responsáveis

Jorge Vasconcellos



Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve 3,9 milhões de inscritos

Diferentemente do que havia anunciado, no sábado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, os erros identificados nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não se restringiram ao segundo dia de provas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai divulgar, hoje, as conclusões do trabalho da força-tarefa encarregada de revisar os resultados, em cada

área do conhecimento, relativos aos dois do exame.

A equipe técnica do Inep trabalhou, ontem, na tentativa de identificar possíveis inconsistências no processo de correção dos testes. Em um vídeo no perfil do

Inep no Twitter, o presidente do instituto, Alexandre Lopes, assegurou que, amanhã, poderão ser feitas, “com tranquilidade e dentro do prazo”, as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (SISU), pelo qual os estudantes se candidatam a vagas em universidades públicas.

No sábado, Lopes confirmou que a correção do Enem 2019 teve um erro que pode ter prejudicado até 30 mil candidatos. É um número que representa perto de 1% dos 3,9 milhões de inscritos.

O Inep passou a revisar os resultados depois que estudantes reclamaram, nas redes sociais, que as notas divulgadas não correspondiam a sua real performance na prova.

Weintraub havia informado que o problema foi causado por uma troca de gabaritos do segundo dia de

provas e frisou que um número “muito baixo” de alunos foi afetado.

Também pelo Twitter, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criticou a atuação dos responsáveis pela organização do Enem. “O Ministério da Educação, além de negligenciar a denúncia dos estudantes em primeiro momento, ao reconhecer os erros, ainda tenta apontar como casos isolados e não adiou a inscrição do SisU”, reclamou a entidade.

“Por isso, estamos recolhendo casos de estudantes prejudicados, o que pode também afetar todo sistema de avaliação do Enem, para denunciar na Justiça essa incompetência que pode colocar em jogo o futuro de milhões de jovens e ainda dar espaço para questionamento do exame”, acrescentou.

A UNE pede que os estudantes que identificaram erro na nota do Enem informem o problema pelo e-mail erronenem2019@gmail.com. Já o Inep disponibilizou o endereço enem2019@inep.gov.br para que receber as reclamações dos candidatos.

Educação para todos

Oferecer educação profissional para todos é o lema do Senac. Mais do que um princípio, é uma prática com 74 anos de atuação, marca histórica atendida no último dia 10 de janeiro.

Ao olhar para essa trajetória, é possível confirmar o quanto a instituição é importante para o desenvolvimento do país. Ao levar esse saber técnico para os brasileiros, a entidade contribui para a superação dos problemas sociais e para a modernização da economia.

A evolução mundial nos impõe a necessidade da busca constante pela atualização e pelo conhecimento. O Senac permite que o jovem e o adulto estejam inseridos nessa realidade. Serve como uma ponte para a inovação no mundo do trabalho.

Em síntese, é uma instituição transformadora. É mantida pela iniciativa privada dos setores de comércio, serviços e turismo, que entendem a importância desse serviço. Com essa bandeira social, o Senac faz inclusão de verdade. Disponibiliza em sua grade curricular, uma série de cursos gratuitos, por meio do Programa Senac

de Gratuidade, voltado exclusivamente para pessoas com renda familiar mensal de até dois salários mínimos. Consegue, assim, auxiliar quem realmente precisa, oferecendo oportunidade de ascensão social. A cidadania chega ao trabalhador por meio de uma profissão digna e da capacitação. Anualmente, são mais de 358 mil cidadãos beneficiados com os cursos gratuitos do Senac.

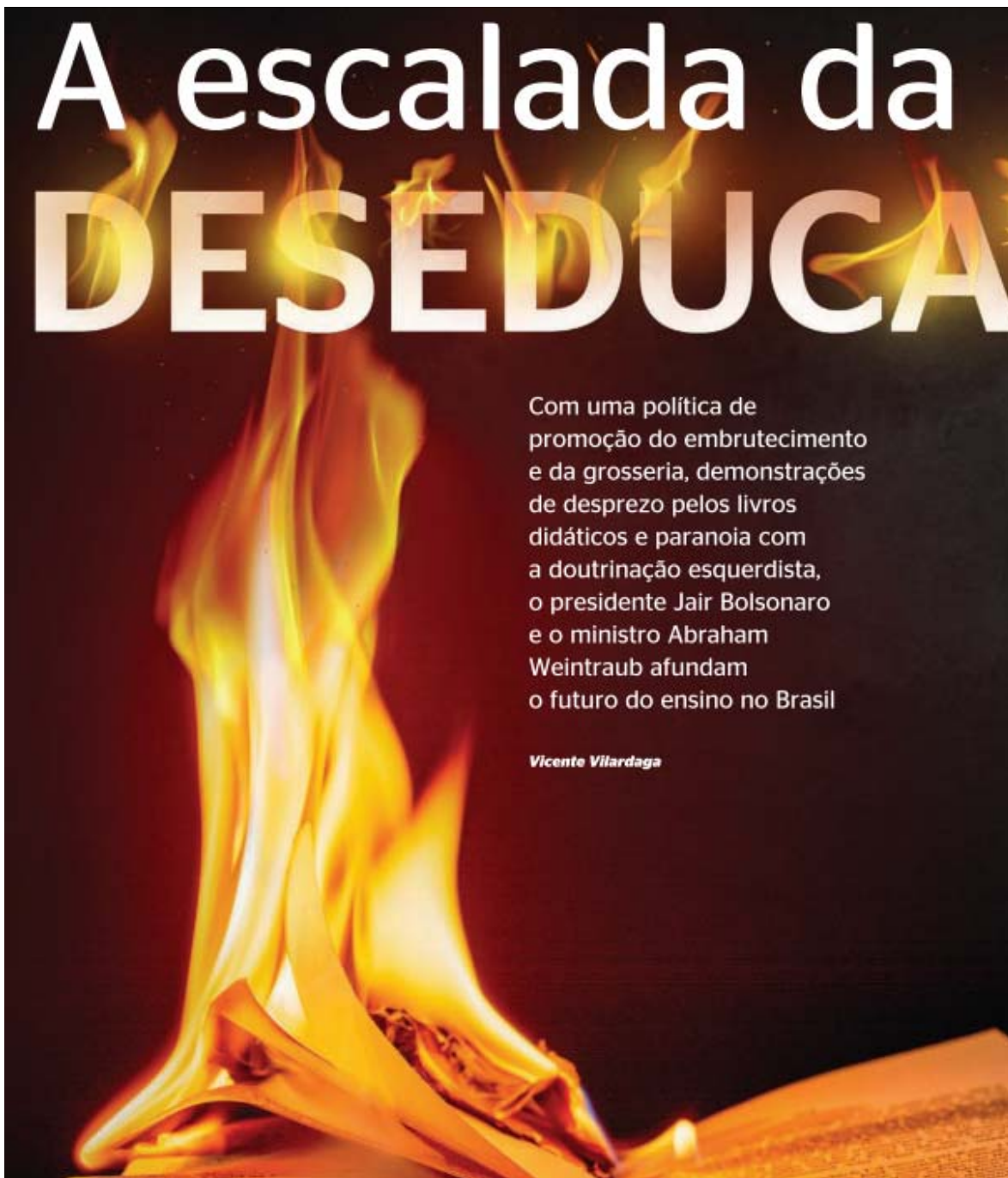
No Distrito Federal, tenho a grata satisfação de informar que começamos o ano oferecendo, somente agora em janeiro, mais de 600 vagas em 27 cursos. Tudo de graça. São disciplinas que o mercado carece de mão-de-obra especializada e por isso concentram a nossa atenção. Cursos como técnico em logística, por exemplo, ou visual merchandising. Áreas que nós sabemos que possuem muita oferta de trabalho. Não por acaso, os alunos saem dos cursos empregados. Assim, o Senac cumpre a sua missão e oferece o atalho que o Brasil precisa para voltar a crescer.

FRANCISCO MAIA, Presidente do Sistema Fecomércio-DF

A escalada da **DESEDUCA**

Com uma política de promoção do embrutecimento e da grosseria, demonstrações de desprezo pelos livros didáticos e paranoia com a doutrinação esquerdista, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Abraham Weintraub afundam o futuro do ensino no Brasil

Vicente Vilardaga





DUPLA INCENDIÁRIA
Em vez de desenvolver
e melhorar políticas
públicas que dão certo,
o presidente e seu
ministro apostam
e se divertem na
crítica insensata





A descoberta de que há 2,9 milhões de livros didáticos acumulados e alimentando traças em um galpão alugado pelos Correios em Cajamar, na região metropolitana de São Paulo, foi chocante. Mais terrível ainda foi a primeira reação do Ministério da Educação (MEC), que ameaçou descartá-los sumariamente num processo que classificou com a rebuscada frase (quem sabe a merecer um latim) “desfazimento de livros inservíveis”. Destruir livros é algo típico de regimes autocratas e períodos de trevas. Os nazistas, por exemplo, começaram a queimá-los em 1933. Obras que não estavam de acordo com suas ideias obscurantistas iam para o fogo. A ditadura militar brasileira também fez isso: em 1977, queimou três toneladas de produtos culturais em um forno instalado no Aeroporto Internacional de Brasília.

Agora, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério, divulgou uma nota informando que, antes do descarte das obras de Cajamar, haverá uma análise para descobrir o que deve ou não ser aproveitado. Seja como for, o caso demonstra que as intenções do atual governo em relação à educação e ao conhecimento são incendiárias. O presidente Jair Bolsonaro age com displicência e dá sinais claros de que não gosta de livros, sejam didáticos ou qualquer obra que contenha “letras demais” — letrinhas, para ele, talvez só na sopa em forma de macarrão.

VONTADE DOUTRINADORA

Ele e seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, deram diversas declarações contrárias aos livros selecionados atualmente pelo MEC e à prática da leitura, vistos pelo governo, de um modo geral, como um caminho para a educação esquerdista e ideologizante. Na sexta-feira 3, Bolsonaro, dirigindo-se a apoiadores postados em frente ao Palácio da Alvorada, demonstrou pouco apreço aos materiais distribuídos aos estudantes e disse que são “um lixo”. “Os livros hoje em dia, como regra, são um montão, um amontoado de muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo”, declarou. “Estudei na cartilha ‘Caminho Suave’, você nunca esquece. Não é esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire”. Dias depois, Weintraub afirmou que deu uma “boa limpada” no material didático distribuído pelo governo e excluiu “muita porcaria”. “Mas ainda vai sair muita coisa que a gente não gosta”, completou. Para ele, que faz generalizações indevidas e comete erros crassos de português — dias atrás escreveu “imprecionante” no Twitter em vez de impressio-



GESTÃO Armazém em Cajamar onde foram encontrados livros didáticos novos e embalados para descarte: apesar de algumas falhas, o PNLD funciona e atende 48 milhões de alunos





HISTÓRIAS DE DESTRUÇÃO

PRÁTICA MEDIEVAL

Na Idade Média, a perseguição a grupos religiosos minoritários era implacável. Em 1244, edições do Talmude e diversos manuscritos judaicos que ocupavam 24 carruagens foram queimados nas ruas de Paris. Em Granada, 5 mil manuscritos árabes foram queimados pela Inquisição espanhola no final do século 15



DESEJO TOTALITÁRIO

Assim que Adolf Hitler chegou ao poder, em 1933, centenas de milhares de livros foram queimados em cidades universitárias alemãs por seguidores do regime nazista. O argumento para a destruição das obras era a "necessidade de purificação radical da literatura alemã". Entre os intelectuais que tiveram seus livros jogados no fogo estavam Stefan Zweig, Thomas Mann e Sigmund Freud



LEI DA CENSURA

Em janeiro de 1977, durante o regime militar, três toneladas de obras culturais, incluindo livros, revistas, discos e filmes, foram queimadas pela Polícia Federal em um forno construído no Aeroporto Internacional de Brasília e em incineradores de empresas privadas. Entre os livros incinerados havia títulos eróticos, como "Cidinha, a Incansável", e clássicos a exemplo de "O Vermelho e o Negro", de Stendhal



nante —, a função dos livros é ensinar e não doutrinar. Gorda mentira: é ele quem ideologiza o ensino. O que deveria fazer é ler mais para aprender português.

Diante da profusão de absurdos, o futuro do ensino no País preocupa, principalmente quando se considera que o pouco apreço à leitura é a base da "política educacional" que o atual governo quer implantar. Em um Brasil que já lê mal e pouco, muito menos do que seria aceitável, o elogio da ignorância e a preocupação insensata com a doutrinação pode ter efeitos deletérios. "O que é dito por autoridades tem consequências e acaba impactando na formação de uma geração", afirma a professora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Política Educacionais da FGV-RJ. "Ainda que haja algum livro didático ruim, temos um problema mais sério que é desenvolver nos nossos jovens a capacidade de análise num nível mais sofisticado porque o ser-humano está sendo substituído por robôs no mercado de trabalho". É a capacidade analítica que garantirá o emprego dos jovens brasileiros no futuro. Para disputar um lugar melhor no mercado, precisarão ter a habilidade de compreender e traduzir realidades complexas e desenvolver o pensamento abstrato. Sem leitura, isso é impossível. A leitura pressupõe a liberdade; a liberdade pressupõe a crítica; e sem crítica não há aprendizado.

MANOBRAS DIVERSIONISTAS

A política brasileira de distribuição de livros escolares, chamada de Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), existe há 30 anos e é uma das mais efetivas e abrangentes do mundo. Ela custa R\$ 2 bilhões por ano aos cofres públicos, garante a distribuição de 165 milhões de obras e permite o acesso ao material escolar por crianças e adolescentes nos rincões mais profundos. Os livros são distribuídos para 48 milhões de alunos em cerca de 150 mil escolas de todo o País. "As declarações do presidente revelam um desconhecimento muito grande do



DISTOPIA Cena do filme Fahrenheit 451, de François Truffaut, baseado no livro homônimo de Ray Bradbury: criminalização da posse de livros e destruição do conhecimento

Tolices no Twitter

Alguns erros cometidos por Weintraub

- > "imprecionante" em vez de impressionante
- > "suspensão" em vez de suspensão
- > "paralização" em vez de paralisação
- > "kafta" em vez de Kafka
- > "haviã" em vez de havia
- > "insitaria" em vez de incitaria
- > "acepipes" em vez de asseclas
- > "bem vindos" em vez de bem-vindos

"Dei uma boa limpada no material didático. Mas ainda vai sair muita coisa que a gente não gosta"

Abraham Weintraub,
ministro da Educação



conteúdo e dos propósitos dos livros didáticos e podem colocar em xeque o próprio PNLD", alerta a pedagoga Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). "Todas as obras são analisadas tecnicamente e com seriedade por uma comissão de especialistas e produzidas a partir de um edital de licitação. O programa está consolidado, é bom e contribui para a aprendizagem dos alunos". Anna Helena diz que não consegue entender quando Bolsonaro afirma que há muito conteúdo, muita coisa escrita dentro de um livro. Para ela, trata-se de uma manobra diversionista para tirar a atenção dos problemas realmente importantes da educação.

Os livros guardados no armazém de Cajamar, todos novos e ainda embalados, fazem parte da reserva técnica do PNLD. Há sempre uma sobra nas compras anuais que acaba sendo estocada. No caso, trata-se de material acumulado durante 14 anos, entre 2005 e 2019. A reserva técnica é importante porque a realidade do ensino é bastante dinâmica, os jovens mudam de escola e de cidade e é preciso garantir que todos os alunos recebam o material didático. Ainda que o acúmulo revele uma eventual falha de gestão, ela não pode invalidar os inúmeros acertos do programa. Os 2,9 milhões de livros estocados que Bolsonaro quer jogar no lixo, de todas as disciplinas e destinados a todas as séries, representam um custo de R\$ 20,3 milhões, considerando o preço unitário de R\$ 7. "Não faz sentido destruir livros, ainda que os mais antigos possam estar ultrapassados",



diz Anna Helena. “É preciso ver o que pode ser aproveitado e enviado para as escolas e é importante que haja transparência nesses critérios”. Os livros podem ser destinados para bibliotecas ou escolas públicas ou privadas sem fins lucrativos. Há certamente um bom uso para esse material, mesmo que parte dele esteja desatualizada.

TEMAS PERIFÉRICOS

O problema é que o governo atual mostra má vontade com os livros em geral e, em vez de propor políticas públicas ou compreender e estimular as que já existem e funcionam, prefere entrar em discussões ideológicas que nada contribuem para o desenvolvimento da educação. Como é típico de governantes autocráticos, Bolsonaro denuncia a doutrinação de governos anteriores pensando em impor sua própria doutrina. “Há um risco real de retrocesso na educação no Brasil”, afirma Cláudia Costin. “O governo prefere entrar em discussões ideológicas em vez de fomentar políticas públicas bem-sucedidas”. As sucessivas declarações do ministro Weintraub têm gravitado em torno de temas periféricos e irrelevantes que não traduzem as reais necessidades e os desafios da educação no País. Há, por exemplo, um Plano Nacional da Educação (PNE) que foi construído de uma maneira participativa e aprovado pela Câmara dos Deputados quando o próprio Bolsonaro era deputado. O PNE tem 20 metas, como elevar a taxa de alfabetização da população e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de ensino médio, que deixam claro quais são as prioridades da área. Essas metas, como lembra Anna Helena, não foram cumpridas, além de terem sido ignoradas pelo governo durante todo o ano passado. No lugar disso lançam-se temas como as escolas cívico-militares ou a escola sem partido, cujo objetivo é criar uma cortina de fumaça sobre as questões importantes.

A Política Nacional de Alfabetização, outro desafio enorme no Brasil, é mais uma iniciativa que vem sendo distorcida. O governo denuncia um problema de método sempre com o argumento canhestro da

O QUE PENSAM OS EDUCADORES



PROBLEMAS REAIS

“As declarações do presidente revelam total desconhecimento do conteúdo e dos propósitos dos livros didáticos e colocam em xeque o PNLD”, afirma a pedagoga Anna Altenfelder. Segundo ela, o que Bolsonaro e Weintraub dizem só serve para tirar a atenção dos problemas reais da educação



ANÁLISE CRÍTICA

Para a professora Cláudia Costin, da FGV-RJ, o que é dito por autoridades tem consequências e acaba impactando na formação de uma geração: “Temos um problema sério que é desenvolver nos nossos jovens a capacidade de análise em um nível mais sofisticado”

doutrinação, mas não discute o assunto profundamente e nem demonstra ter qualquer estratégia para implantar um novo modelo. Em vez disso, se dedica a falar mal do educador Paulo Freire, um brasileiro genial e ilustre, e a elogiar a cartilha “Caminho Suave”, que serviu para alfabetizar 48 milhões de brasileiros entre 1950 e 1990, mas hoje está defasada. Tudo o que o governo diz é vago e rancoroso. “Não se pode reduzir a alfabetização ao uso de uma cartilha, que foi utilizada em um contexto muito específico”, afirma Anna Helena. “Quando a gente fala em política de alfabetização, estamos falando de planejamento, formação de professores, definição do número de alunos por sala de aula, livros didáticos e muitas outras coisas”. Observa-se um desconhecimento de qual é a verdadeira atribuição e o papel do MEC e de suas reais necessidades. Houve avanços no acesso à educação, na alfabetização, na avaliação, no desempenho dos alunos, na autonomia dos professores e na gestão democrática, mas ainda são tímidos. E, enquanto isso, o governo pensa mais em destruir do que em construir.

A prova cabal de que Bolsonaro e Weintraub estão se lixando para melhorar a educação pública é a queda do orçamento do MEC para 2020. O corte anunciado foi de 16,2% em relação ao ano passado — de R\$ 121,9 bilhões para R\$ 101,2 bilhões. Em um sistema de ensino que sofre com falta de infraestrutura, falta de professores e salários baixos, alunos desconectados da internet e que precisa de dinheiro para avançar é uma péssima notícia. A redução orçamentária afeta a educação básica. Como destaca Cláudia, países desenvolvidos que viveram crises econômicas importantes, mesmo em situação difícil, jamais fizeram isso. “Vejo com muita preocupação essa redução de orçamento porque mostra que a educação não é prioridade”, diz ela. Sob as rédeas de Bolsonaro caminhamos para uma distopia muito bem representada no livro *Fahrenheit 451*, do americano Ray Bradbury, que mostra uma sociedade em que os livros foram proscritos e tê-los em casa era crime. Corremos o sério risco de o País se tornar uma enorme fomalha. ■

Isto pode, Salim Mattar?

No último dia do ano passado, o Diário Oficial publicou o decreto 10.195, autorizando a Diretoria de Alfabetização Baseada em Evidências, do MEC, a produzir material didático — ou seja: competindo com o setor privado. A grosso modo, é como se o Ministério da Agricultura resolvesse plantar café. Isso sem falar no “risco de viés ideológico”: materiais didáticos feitos com orientação ideológica e não pedagógica.

Erro na correção do Enem

Após queixas de candidatos, MEC confirmou falha e culpou a gráfica

LEANDRO PRAZERES
leandro.prazeres@bsb.oglobo.com.br

Um dia após divulgar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) exaltando a qualidade na execução da prova, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu ontem que ele teve falhas em sua correção que podem ter afetado até 30 mil candidatos.

O erro foi denunciado por estudantes que notaram uma discrepância entre a quantidade de questões que acertaram (considerando o gabarito oficial) e a nota que receberam. As queixas inicialmente se concentraram nas provas do segundo dia (Matemática e Ciências da Natureza) e vieram de pessoas que as fizeram no campus da Universidade Federal de Viçosa (MG).

Em vídeo publicado no Twitter na manhã de ontem, Weintraub definiu o erro como “uma inconsistência fácil de ser consertada”, que teria afetado um número “baixo” de candidatos — 0,1% do total, segundo ele. Mais tarde, em entrevista coletiva, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, reconheceu que a falha pode ter prejudicado até 30 mil pessoas, quase 1% do total de 3,9 milhões

de inscritos.

Segundo o Inep, vinculado ao Ministério da Educação, o erro foi causado pela Valid S.A., gráfica responsável pela impressão e transmissão dos dados do Enem. A reportagem procurou a empresa, mas ela afirmou que não se ia primeira vez que a Valid atuou no exame. Em abril do ano passado, a gráfica responsável pela atividade nos últimos anos, RR Donnelley, decretou falência.

Indagado sobre o que ocorreria se o governo não conseguisse resolver até amanhã a situação de todos os candidatos que se sentiram lesados, Lopes disse não trabalhar com essa hipótese.

— Concluiremos nosso trabalho de identificação das inconsistências na segunda-feira (amanhã) — disse Lopes. Ele garantiu que o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), por meio do qual os candidatos do Enem podem selecionar a faculdade que cursarão, será aberto na terça-feira (21), como previsto. Weintraub, que não participou da entrevista coletiva no Inep, pediu “desculpas aos participantes do exame pelo transtorno”, no Twitter.

RELATOS SE MULTIPLICAM

Após os candidatos de Minas Gerais relatarem o problema nas redes sociais, anteontem, estudantes de outros estados, como a Bahia, também apontaram a mesma discrepância nas notas, segundo organizações estudantis.

Pedro Gorki, presidente da Associação Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), pediu uma “investigação imediata”, antes que o problema técnico se transforme em “questão política”.

— Nosso medo é que os casos relatados até agora sejam apenas a ponta do iceberg. No início do ano passado houve o problema da falência da gráfica que rodava o Enem. Tenho medo de que este problema se torne uma questão política, porque os alunos não aceitarão que a desorganização do poder público atrapalhe seu futuro.

Gorki destacou que, no Sisu, “qualquer ponto” conquistado no Enem faz diferença na disputa por um curso. O sistema dá quatro dias para que os alunos definam que carreira pretendem seguir. Portanto, os estudantes que tiveram um bom desempenho, mas nota erroneamente averiguada pelo MEC, já partem prejudicados na corrida.

Esse é o temor do mineiro Vítor Brumano, de 19 anos. Ele, que havia acertado 35 das 45 (78%) questões de Matemática, assustou-se ao ver sua nota: 368 pontos, de um total de mil. O choque repetiu-se na prova de Ciências da Natureza, onde respondeu corretamente 32 das 45 questões (71%) e somou somente 422 pontos.

Ainda que não seja possível prever exatamente qual nota se terá a partir do número de acertos, por conta do sistema de correção do Enem — a Teoria de Resposta ao





Item (TRI), que trabalha com pesos diferentes entre as questões, média nacional e com o comportamento das respostas do candidato —, Vítor sabia que sua pontuação estava discrepante.

— Quando vi as notas, não acreditei. Tirei apenas nove pontos a mais do que a nota mínima em Matemática. Mesmo com a TRI, eu

não teria tirado tão pouco — diz o estudante, que mora em Viçosa (MG) e fez a prova na universidade federal da cidade (UFV). — Tentei entrar na área de reclamação no portal do MEC, mas não consegui. Liguei no 0800, mas a atendente não deu muita bola, achando que eu estava apenas insatisfeito com minha nota.

Motivado por casos como o de Brumano, o grêmio do Colégio de Aplicação da UFV fez um post no Instagram relatando o ocorrido e pedindo que outras vítimas entrassem em contato. Até ontem, mais de 8,8 mil estudantes haviam se manifestado.

O que já se sabe sobre o problema

> Quando as falhas foram detectadas?

Elas começaram a ser reportadas em redes sociais anteontem, por alunos que fizeram a prova em Viçosa (MG). Eles alegavam que, apesar de terem acertado muitas questões, suas notas estavam muito baixas. Com o tempo, relatos em outras cidades e estados começaram a aparecer.

> Qual foi o erro encontrado?

Os candidatos fazem provas com as questões distribuídas de modo diferente, em seis modelos (cada um com uma cor). O gabarito tem a mesma cor da prova. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela aplicação do Enem, a falha foi cometida pela gráfica Valid S.A.. O erro teria ocorrido no momento em que a gráfica

transmitiu as informações sobre a prova e o gabarito para o Inep. Por exemplo: um aluno que fez uma prova de cor azul pode ter tido seu exame corrigido com base em um gabarito de cor verde.

> Quantos casos já foram confirmados?

Até o início da tarde de ontem, apenas quatro casos concretos haviam sido identificados pelo

Inep. Todos em Viçosa (MG).

> Quantos candidatos podem ter sido prejudicados?

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse estimar que menos de 1% do total de 3,9 milhões de candidatos pode ter sido prejudicado com a falha. Em números absolutos, estima-se que entre 9 e 30 mil candidatos possam ter sido afetados.

> O que o candidato que se sentir prejudicado deve fazer?

O Inep criou um e-mail para atender aos candidatos que se sentirem prejudicados em suas notas: enem2019@inep.gov.br. O órgão pede que os candidatos informem seus nomes completos e o CPF para que as provas sejam checadas pela equipe técnica. O contato também pode ser por telefone, no número [0800-616161](tel:0800-616161).

Toffoli equipara teto salarial de professores universitários

Medida, que ainda vai ao plenário do STF, deve impactar cofres públicos estaduais, já que docentes poderão ganhar até R\$ 39,3 mil

Opresidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, concedeu ontem uma decisão liminar equiparando o teto salarial dos professores universitários estaduais ao teto dos professores de universidades federais.

A decisão já está valendo, mas precisará ser confirmada pelo plenário do STF após o fim do recesso do Judiciário, em fevereiro.

Atualmente, os salários dos professores de universidades estaduais respeitam o teto do funcionalismo estadual, que é regido pelo salário dos governadores de estado. Cada unidade da federação tem o seu teto.

No Rio de Janeiro, o salário do governador Wilson Witzel (PSC) é R\$ 19,7 mil brutos. Isso significa que nenhum professor universitário estadual pode ganhar acima desse valor. O teto constitucional federal, entretanto, é equivalente ao salário

de um ministro do STF, atualmente em R\$ 39,3 mil.

A medida deverá ter impacto nos cofres públicos estaduais na medida em que professores universitários poderão ter salários de até R\$ 39,3 mil.

A decisão de Toffoli é uma resposta a uma ação movida pelo PSD. Segundo o partido, a distinção entre os salários de professores universitários estaduais e federais é “injustificável”.

Apesar de a ação ser de relatoria do ministro Gilmar Mendes, Toffoli concedeu a decisão por ser o responsável pelo plantão do Supremo no período de recesso forense.

Em sua decisão, Toffoli diz que a “mensagem constitucional da educação [...] só poderá alcançar seu propósito a partir do reconhecimento e da valorização do ensino superior” e que “os professores que exercem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades estaduais devem ser tratados em direito e obrigações de forma isonômica aos docentes vinculados às universidades federais”.

Abstinência ou autonomia?

DAMARES ALVES E ANGELA GANDRA MARTINS

Damare Alves
Angela Gandra Martins

O editorial de domingo passado (12) desta Folha, “Abstinência religiosa”, apresenta uma posição radicalmente oposta à fundamentação da conscientização em que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos começa a trabalhar. Não se trata nem de abstinência, muito menos adjetivada de religiosa.

Cabe a este ministério, ao qual foram confiados os temas que se referem à mulher, à família e aos direitos humanos, ouvir, levantar dados, estudar e promover políticas públicas baseadas em evidências, em consonância com o Estado democrático de Direito preconizado por nossa Constituição, buscando garantir direitos pessoais e sociais; porém, não de forma paternalista, de acordo com o espírito deste governo, mas assumindo a pessoa como autora de sua própria biografia.

Dados recentemente levantados pelo Observatório Nacional da Família alarmam qualquer cidadão com o mínimo de racionalidade ou senso comum: a idade atribuída em

média para a iniciação sexual no Brasil é de 12,9 anos para meninos e 13,7 anos para meninas, e relaciona-se a comportamento de risco à saúde e a outras questões referentes ao desenvolvimento, como fumo, drogas, embriaguez, violência etc.

Paralelamente, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, a quem cabe diretamente a proteção do adolescente em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, apresentou uma série de estudos de indicadores referentes à prática sexual precoce, elencando impactos físicos, socioemocionais, econômicos etc. A pesquisa conjunta, aliada à preocupação que manifestam as famílias, exigiu-nos uma atitude positiva, que não focasse somente na prevenção direta da gravidez precoce.

O pressuposto para a ação mostrou-se evidente: sendo a sexualidade humana um fator decisivo, tanto para consolidar a própria personalidade como para promover relações saudáveis, não poderia ser ignorada como tal ou ser tomada de forma reducionista,

atendo-se somente à dimensão biológica. Era preciso analisá-la em sua completude para poder estabelecer políticas públicas que realmente possam construir a convivência humana, a partir da liberdade, da responsabilidade e do respeito, o que só pode ocorrer com informação integral que englobe a afetividade constitutiva do ser humano. Quantos “eu não sabia” em termos emocionais —que não se referem somente à gravidez— levam a reações drásticas, que não são habitualmente veiculadas pela mídia?

Em se tratando de seres humanos, não se pode atuar de forma meramente pragmática, buscando resultados imediatos, tendo em conta ainda a fragilidade e a falta de maturidade que envolve o despertar sexual diante da ostensiva manipulação utilitarista que engloba.

Em busca de respostas, encontramos programas antropológicos de alta densidade científica, que trabalham o trinômio corporeidade-afetividade-alteridade, e que apresentaram resultados eficientes como políticas públicas no Chile, no México, nos Estados Unidos, no Reino Unido e em Uganda, abrindo o espectro para





não se ater somente a soluções monotemáticas —e muitas vezes ineficazes em sua totalidade.

A proposta de uma campanha sobre a educação afetiva nos pareceu um meio adequado para enfrentar a questão, trazendo conhecimento qualificado para adolescentes, pais, familiares e educadores, a partir de uma abordagem racional e relacional. De qualquer forma, por se tratar de um tema de alta sensibilidade e repercussão —não precisamente midiática, o que não tememos, mas humana—, estamos estudando com a devida prudência sua implementação para que seja efetiva.

Nesse sentido, estamos trabalhando interministerialmente para oferecer material adicional para

a tomada de decisões, sem nenhum desejo de imposição, mas de informação, fomentando assim a autonomia —cujo significado se refere à capacidade de se autorregular— que merecem as famílias e adolescentes brasileiros para edificar seu projeto de vida.

No momento, adiantamos somente as qualidades do programa: científico, liberal, complementar e não confessional —bem como a boa notícia: apesar da mídia, estamos sendo muito bem recepcionados pela sociedade!

Damara Alves
Ministra da Mulher, da Família e
dos Direitos Humanos

Angela Gandra Martins
Secretária nacional da Família

Qual divulgação científica (não) queremos?

DENISE NACIF PIMENTA E DÉBORA D'ÁVILA REIS

Divulgar, divulgar, divulgar. Palavra que tem se repetido nas bocas de acadêmicos, jornalistas, gestores, financiadores e aqueles envolvidos naquilo que denominamos hoje de divulgação científica. Mas de qual divulgação científica estamos falando? Qual se faz necessária no contexto atual? Qual ciência queremos ou devemos divulgar?

Divulgar uma ciência tecnicista, que invisibiliza os interesses econômicos e políticos que influenciam a sua produção? Ciência universal, que desconsidera singularidades e contextos locais? Ou uma ciência cheia de maravilhas, mas também de controvérsias, contradições e riscos?

Em tempos de fake news, a divulgação científica é tratada como “cura” para todos os males. Panaceia que vem nos salvar da ignorância e dos terrores da antidemocracia. Versão 6.0 de um iluminismo que vê na ciência e na tecnologia salvação e, quiçá, redenção. Será mesmo?

A ciência e os cientistas estão sob ameaça. Divulgamos ciência para “provar” para a sociedade, para as agências de financiamento e até para

nós mesmos que fazemos ciência e que fazer ciência no Brasil ainda vale a pena... Então fazemos (meio sem saber direito para que serve, nem com quem queremos dialogar) vídeos, blogs, podcasts, pitches, palestras “ad nauseam”. Lotamos sites institucionais de resultados e trazemos a dita população para se assentar calada nos auditórios. Mas divulgar é mais do que somente desenvolver produtos. O momento urge por uma visão mais crítica.

O “griot” (contador de história da tradição africana) Sotigui Kouyaté nos lembra que a pior coisa do mundo é a ignorância. Ele e seu povo concordaram que o maior ignorante “é aquele que não foi ao encontro dos outros”. Divulgar ciência é também ir ao encontro dos outros. Ir além do muro (gigantesco!) da academia. Ousar escalar esse muro criado ao longo da história por nós mesmos e navegar horizontes desconhecidos e/ou esquecidos.

Divulgar é conversar sobre ciência sim, mas também escutar outras falas, conhecer demandas inimagináveis para ensinar aprendendo. Dialogar com quem tem sido designado a ficar calado. Este outro, este “público-alvo” que insiste em questionar nossas certezas.

É preciso ir além da boa vontade e investir recursos, pessoas, tempo e estrutura. Assumir o compromisso social, político e cultural na produção do conhecimento. Há riscos (ora acertamos, ora erramos). Não tem receita. Requer atuação inter, multi e transdisciplinar.

Gabriel Perissé faz um resgate etimológico da palavra “divulgar” e aponta sua partícula latina “dis”, indicando variedade de direção, dispersão, e pelo verbo “vulgare”, que significa “espalhar”, “publicar”.

Ao divulgar, lançamos em todas as direções uma ideia, uma palavra. Vamos abrir espaços para as palavras ressoarem. É tempo de unirmos, acadêmicos e não acadêmicos, para compartilharmos conhecimentos que nos conduzam a um mundo mais justo e com mais escuta. Mais do que incluir, sejamos (re)integrados para lutar por uma divulgação que realmente queremos.

Denise Nacif Pimenta
Pesquisadora da Fundação
Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Débora d'Ávila Reis
Professora da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG)

Bolsonaro precisa levantar o tapete

No próximo dia 28 a Comissão de Ética da Presidência da República tratará do caso do secretário especial de Comunicação do Planalto, Fabio Wajngarten. Como se sabe, até ser nomeado para o cargo ele dirigia uma empresa que tinha contratos com emissoras de TV e agências de publicidade que vendem serviços à Secom. Depois que se desligou funcionalmente, foi substituído por pessoa de sua confiança que vem a ser irmão do seu braço direito na Secom. Ele continua dono de 95% das cotas da empresa.

A Comissão de Ética da Presidência tem um passado de tumultos e frangos. Dois de seus presidentes já se demitiram (Marcílio Marques Moreira, em 2002, e Sepúlveda Pertence, em 2012). Passou por baixo das pernas dos seus doutores a evolução patrimonial do comissário Antonio Palocci, e ela conviveu com a escalafobética prática dos ministros que tinham empresas de consultoria. Em 2011, eram cinco.

Instituição que deveria dar alegria aos contribuintes, a comissão foi fonte de tristezas. Em 2012, a presidente Dilma Rousseff dispensou legalmente 5 dos seus 7 integrantes, e essas cadeiras ficaram vazias por

cinco meses. No ano seguinte, a comissão deixou de publicar suas atas. Deu no que deu.

Wajngarten explicou-se na quarta-feira com um forte argumento: “Fui orientado pela SAJ [Subchefia de Assuntos Jurídicos do Planalto], pela AGU [Advocacia-Geral da União] e pela CGU [Controladoria-Geral da União]” para “que eu saísse do quadro de gestão” da empresa. Esse argumento terá a força de sua documentação.

Se existem uma consulta formal de Wajngarten a qualquer um desses órgãos e uma resposta informando que seu simples afastamento funcional eliminava qualquer conflito de interesses, será o jogo jogado. Se não existem papéis assinados, o argumento vira pó, entrando no mundo nebuloso das conversas do Planalto, nas quais todo mundo faz o que acha que pode e depois diz que não teve nada a ver com isso.

Como disse o presidente Bolsonaro, “se foi ilegal a gente vê lá na frente”. O que significa “lá na frente”, só ele sabe.

Olhando-se lá pra trás, ao primeiro ano de sua Presidência ele tem um espinho no pé. Em agosto do ano passado, o Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou um edital para a compra de 1,3 milhão de computadores, notebooks e laptops para a rede pública de ensino. Coisa de R\$ 3 bilhões, um trocado para um fundo que administra R\$ 55 bilhões.

A Controladoria-Geral da União estudou o edital e, entre outras coisas, descobriu que uma só escola de Itabirito (MG) receberia 30 mil laptops (118 para cada um de seus 255 alunos). Outra, de Santa Bárbara do Tugúrio (MG), receberia cinco laptops para cada estudante. Essa discrepância repetia-se em 355 escolas. O jabuti foi apanhado pela CGU, uma instituição do Estado, destinada a zelar pelo patrimônio da Viúva. Nada a ver com essa espécie desgraçada dos jornalistas.

O edital foi revogado em setembro e, desde então, jogou-se o jabuti para baixo do tapete. Passaram-se quatro meses e ninguém sabe quem concebeu o tal edital, quem tocou o assunto e quem chegou a justificar suas maluquices.

Isso tudo num caso em que o governo teria do que se orgulhar pela ação da CGU e pela decisão do presidente do FNDE de revogá-lo.

88% dos brasileiros apoiam demissão de servidores com mau desempenho

Eduardo Cucolo
SÃO PAULO

Funcionários públicos deveriam ter seu trabalho avaliado constantemente e ser recompensados de acordo com o desempenho, como em empresas privadas.

Essa é a avaliação feita por 91% dos entrevistados na pesquisa “Os brasileiros e a percepção sobre a qualidade do gestor público”, realizada pelo Datafolha e encomendada pela Aliança, formada por Fundação Lemann, Fundação Brava, Instituto Humanize e República.org.

O mesmo percentual (91%) afirma que os servidores públicos precisam de apoio para se desenvolverem como profissionais e realizarem melhor seu trabalho. Para 88%, é importante demitir aqueles que, constantemente, não têm feito um bom trabalho.

O percentual dos que concordam que esses servidores precisam ter

garantia de estabilidade é de 58%. Discordam da afirmação outros 39%.

A pesquisa foi realizada de 8 a 14 de maio de 2019, com 2.086 pessoas em todo território nacional, em todas as regiões do Brasil. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Questionados se gostariam de trabalhar em cargos de liderança no governo de suas cidades, 43% demonstraram interesse, percentual considerado relevante pela Aliança, responsável por ações com o governo federal, estados e municípios na área de gestão pública. Entre elas estão programas de atração, pré-seleção, avaliação de desempenho e apoio para desenvolvimento.

Para 39% dos entrevistados, as vagas para cargos de confiança no serviço público não são bem divulgadas. Ainda segundo a pesquisa, 72% concordam que pessoas bem preparadas em cargos

importantes do governo podem melhorar suas vidas, independentemente da simpatia dos entrevistados pelas ações do governante.

“Todas as grandes transformações no serviço público ao redor do mundo se deram a partir de você estabelecer um grupo bem preparado de liderança e com capacidade de transformação. A gente queria ver como as pessoas percebiam isso, independentemente das afinidades com o governo. Elas acreditam que avaliação constante é fundamental”, afirma Weber Sutti, diretor de projetos da Fundação Lemann.

“Nosso trabalho está muito focado em cargos de liderança, de livre nomeação. Você tem de ter uma avaliação constante a partir de resultados pactuados, e ela tem de ser feita sempre levando em conta o apoio necessário ao cumprimento desses objetivos”, afirma Weber.

Em geral, cargos de liderança em





governos não têm avaliação de desempenho. Ou essa avaliação tem como objetivo apenas a bonificação, sem resultar em perda do cargo.

Weber Sutti dá como exemplo as vagas de livre nomeação no governo federal, como os chamados DAS (Grupo-Direção e Assessoramento Superiores), nas quais os ocupantes têm avaliação 100%, independentemente dos resultados.

“É [necessária] uma avaliação das competências frente aos desafios. Você mede resultado e potencial. Há pessoas que têm muito potencial, mas não conseguem entregar, e também o contrário. A questão das competências não é uma questão de opinião. Você tem índices e critérios que ajudam a medir.”

O sistema de pré-seleção, com elaboração de uma lista que será submetida a um prefeito ou secretário, por exemplo, tem como

base sistemas desenvolvidos em países como Austrália, Inglaterra e Chile. No país latino-americano, o modelo foi desenvolvido a partir de 2003, com apoio de partidos de governo e oposição, e mantido mesmo com a alternância de poder.

“O Chile passou o Brasil no ranking de qualidade do serviço público. Uma das transformações foi um sistema de seleção para a alta direção pública, que tem processo seletivo por competência”, diz Weber.

“Essa lógica de que para cargos de confiança você precisa atrair pessoas com mais aptidão é realidade na maior parte dos países, não só da OCDE. No Brasil, há experiências desde o início de 2000 nesse sentido, mas como iniciativa de governos específicos, não como política pública. A gente está longe disso.”

SP e Minas testam processo de seleção por competência

Eduardo Cucolo
SÃO PAULO

Um em cada quatro dirigentes regionais de Educação do estado de São Paulo foram escolhidos a partir da metodologia de seleção por competência desenvolvida pela Aliança, parceria formada pela Fundação Lemann, Fundação Brava, Instituto Humanize e República.org.

Em 2019, a Secretaria de Educação do Estado iniciou o processo para selecionar 34 dos 91 profissionais responsáveis por uma rede de mais de 5.000 escolas. 25 já estão trabalhando.

Mais de 1.000 servidores da rede paulista de ensino se candidataram. Para participar do processo é necessário ser profissional concursado da rede.

Após as etapas iniciais, foram selecionados três profissionais por vaga, posteriormente entrevistados pelo secretário e secretários

executivos da pasta.

Os responsáveis pela área de recursos humanos da secretaria também receberam treinamento para aplicar a metodologia. Nas novas seleções, a ideia é que a participação dos profissionais da secretaria ganhe espaço, com acompanhamento à distância da Aliança.

Está previsto novo processo seletivo para outras regionais. Supervisores e diretores das escolas também serão escolhidos dessa forma.

“Ter bons líderes é essencial quando a gente pensa em melhorar o resultado. Se fossemos uma empresa, seríamos a maior do Brasil [em funcionários]. São 250 mil. É claro que vou encontrar [entre eles] 91 bons dirigentes, 5.100 bons diretores”, diz Haroldo Corrêa Rocha, secretário-executivo da Educação do governo de São Paulo.

Ele afirma que a educação

brasileira necessita de recursos, mas precisa também melhorar a gestão, principalmente nos cargos de alto escalão.

“A gente aposta nessa metodologia de dar oportunidade a todos. Os que chegaram ao final chegaram por mérito, não tiveram de pedir a político nenhum. Os liderados sabem que eles vieram por mérito. Faz uma enorme diferença. É uma turma com alto estima, respeitada pelos colegas.”

Passada a fase de seleção, a secretaria trabalha agora na metodologia para avaliação de desempenho e desenvolvimento dos profissionais. Muitos são professores que, embora tenham demonstrado aptidão para cargos de liderança, não estão acostumados com todas as obrigações burocráticas das novas funções, como a necessidade de realizar compras e executar outras despesas públicas.

A Aliança também trabalha no





programa Transforma Minas, que selecionou 165 profissionais, entre 9.000 inscritos, para vagas em várias secretarias e órgãos de governo, incluindo subsecretários.

Entre os selecionados, 80% são servidores de carreira e 20% vieram do setor privado, de acordo com o Secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Otto Levy. “Do ponto de vista do funcionário público, isso mostra que estamos reconhecendo o talento.”

O secretário afirma que muitos desses cargos de confiança eram normalmente ocupados por funcionários não-concursados. Diz ainda que, com o sistema consolidado, poderá haver indicações políticas, desde que o indicado consiga passar pelo processo seletivo.

“O objetivo é fazer uma mudança de cultura no serviço público, caminhar para a profissionalização, para que cargos de chefia sejam ocupados baseados na meritocracia. O que a gente espera é uma melhora na gestão do estado e que isso se reflita em melhores resultados e serviços.”

Em novembro, foi iniciada a segunda etapa do programa, de desenvolvimento de habilidades de liderança, aplicada a subsecretários

e outros gestores com cargos equivalentes.

Entre os cargos de maior nível hierárquico está o de subsecretário de Planejamento e Orçamento, que passou a ser ocupado por Felipe Magno, 32, funcionário de carreira desde 2010, que irá liderar uma equipe de cerca de 50 servidores.

Ele passou pelo processo de seleção e, posteriormente, definição de metas junto ao secretário e ao governador. Participa agora da fase de desenvolvimento de competências e identificação de necessidades de aprimoramento, junto aos demais gestores.

“É um processo que dá oportunidade para que todos possam participar. Na seleção é feita entrevista técnica, análise de currículo, de competência e isso possibilita uma escolha mais alinhada com a vaga”, afirma Magno.

A previsão é que o Transforma Minas preencha 325 vagas até 2022, em processo realizado pela própria secretaria com a metodologia do programa.

Segundo estimativas da Fundação Lemann, há mais de 23 mil cargos de livre nomeação no governo federal e 120 mil em governos estaduais.





A percepção do brasileiro sobre a qualidade do gestor público

Em %

■ Concorda totalmente/em parte ■ Discorda em parte/totalmente
■ Nem concorda, nem discorda ■ Não sabe

Pessoas bem preparadas em cargos importantes do governo, como diretores de hospitais, diretores de escolas e secretários de áreas sociais podem melhorar minha vida, independente de minha simpatia pelas ações desse governo



Funcionários públicos deveriam ter seu trabalho avaliado constantemente e **ser recompensados de acordo com seu desempenho**, como acontece em empresas privadas



É importante demitir funcionários públicos que, constantemente, **não têm feito um bom trabalho**



Funcionários públicos precisam ter a garantia que não serão demitidos para realizarem um bom trabalho



Funcionários públicos precisam de apoio para se desenvolverem como profissionais e realizarem melhor seu trabalho



As vagas abertas para cargos de confiança, escolhidos pelo governante, no serviço público **são bem divulgadas e do conhecimento de todos**



Eu gostaria de trabalhar em cargos de liderança do governo da minha cidade





628 cargos públicos comissionados foram preenchidos em 2019 a partir de seleção por competência

Estado	Órgão	Seleção e metas
MG	Transforma Minas	165 cargos preenchidos em diversos órgãos
SP	Secretarias: Educação e Desenvolvimento Econômico	Dirigentes Regionais de educação (3 4 vagas)
RS	Secretarias: Educação e Planejamento	881 inscrições para Subsecretário de Gestão de Pessoas
PE	Secretarias: Educação, Planejamento e Administração	Indicadores definidos para 16 Gerentes de Ensino
CE	Secretarias: Educação e Saúde	Escola de Governo irá replicar ação nas demais pastas
SE	Secretaria de Educação	Seleção de 254 diretores escolares
PA	Secretarias: Educação e Meio Ambiente	Seleção de coordenadores regionais de Ensino
PR	Secretaria de Educação	Seleção para 33 chefes dos Núcleos Regionais de Ensino

Fontes: Pesquisa "Os brasileiros e a percepção sobre a qualidade do gestor público", realizada pelo Datafolha e encomendada pela Aliança formada pela Fundação Lemann, Fundação Brava, Instituto Humanize e República.org

MEC divulga notas do Enem com erros; 39 mil pessoas podem ter sido afetadas

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou neste sábado (18) que notas do Enem foram divulgadas com erros. O motivo foi uma falha na gráfica que passou a imprimir a prova no ano passado.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) liberou na sexta-feira (17) os resultados individuais da última edição do exame. À noite, participantes começaram a relatar nas redes sociais estranhamento com as notas.

Weintraub publicou vídeo na manhã deste sábado nas redes sociais em que assume a falha. "Encontramos inconsistências na contabilização e correção da segunda prova do Enem", disse. Naquele dia, os candidatos fizeram as provas de matemática e ciências humanas.

O ministro disse que o impacto

em número de candidatos foi pequeno, mas não detalhou a dimensão do problema. Quase 4 milhões de pessoas participaram do exame.

"Um grupo muito pequeno de pessoas teve o gabarito trocado quando foi [sic] fechado os envelopes", disse.

Mais tarde, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que quatro casos de erros foram confirmados e as falhas podem chegar a 1% dos candidatos, ou seja, cerca de 39 mil pessoas.

Entretanto, o órgão admite que só terá dimensão real do problema na segunda-feira, porque as equipes vão continuar a analisar os arquivos em busca de problemas. Lopes concedeu entrevista sozinho, sem a presença do ministro, apesar de Weintraub ter estado no Inep na manhã de sábado para gravar o vídeo publicado.

Os quatro casos confirmados são

de candidatos na cidade Viçosa (MG). Mas há possibilidade de erros em notas de participantes de outros estados.

O erro aconteceu na identificação dos candidatos e da respectiva cor de sua prova. Todos os candidatos fazem a mesma prova, mas há versões diferentes, com itens em outra ordem, identificadas por cores.

Por causa da falha, o sistema corrigiu provas como se fossem de outra cor. O problema ocorreu na gráfica que imprimiu as provas, segundo o presidente do Inep.

Em março do ano passado, a gráfica que imprimia o Enem desde 2009, a RR Donnelley, faliu. O governo preferiu contratar a segunda colocada na última licitação ao invés de fazer novo certame. A gráfica Valid foi então contratada para o serviço, mesmo sem ter experiência em serviços parecidos com o Enem.

Funcionários do Enem relataram ao longo do ano os riscos de





problemas com a gráfica, que foram minimizados pelo governo.

Como a gráfica era nova no trabalho, o processo para impressão foi todo muito corrido, de acordo com relatos ouvidos pela Folha. A própria gráfica não tinha infraestrutura adequada para armazenar e manusear os malotes que seriam despachados.

O Inep, assim como outras áreas do MEC, passou por diversas mudanças em cargos importantes, o que atrapalhou os trabalhos internos no órgão.

Alexandre Lopes já é o terceiro a presidir o órgão sob a gestão Jair Bolsonaro. Houve diretoria do instituto que ficou cerca de cinco meses sem titular.

Apesar da falha, Lopes disse estar satisfeito com o trabalho da gráfica e se esquivou a responder se a inexperiência da empresa possa ter colaborado com o problema.

"Não tenho informação suficiente para poder dizer o que gerou esse tipo de inconsistência", disse na entrevista.

O MEC criou um email para

receber reclamações de candidatos que se sentiram prejudicados: enem2019@Inep.gov.br

O ministro só se pronunciou pelas redes sociais.

"Houve inconsistência no gabarito de algumas provas do Enem 2019 e, por isso, candidatos foram surpreendidos com os resultados de suas notas", escreveu o ministro, na publicação do vídeo. Ele prometeu corrigir as falhas até segunda-feira.

Weintraub havia comemorado em diversas ocasiões que a última edição do exame, a primeira sob o governo de Jair Bolsonaro, havia sido a melhor de todos os tempos por falhas não terem sido registradas.

No entanto, uma imagem da prova havia vazado horas enquanto os candidatos ainda faziam a prova. Apesar da falha de segurança, o ministro afirmou na época que a divulgação da imagem não prejudicou o andamento do exame.

Na sexta-feira (17), o ministro criticou a Folha ao afirmar que reportagens publicadas pelo jornal levantavam dúvidas sobre a boa realização do exame.

Apesar de falha no exame, governo mantém data do Sisu

Paulo Saldaña
Thais Arbex
BRASÍLIA

O MEC (Ministério da Educação) ainda não tem a dimensão do número de participantes do Enem 2019 com notas erradas por causa da falha na gráfica. Mesmo assim, o ministro Abraham Weintraub se apressou em minimizar o impacto do problema e manteve o calendário do Sisu, que seleciona alunos para universidade públicas.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC responsável pela prova, promete ter a situação resolvida até segunda-feira, véspera da abertura das inscrições no Sisu (Sistema de Seleção Unificada). O presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse não trabalhar com a hipótese de adiar as inscrições.

O ministro disse a interlocutores que a realização de um Enem sem problemas sempre foi crucial para sua permanência no cargo. A preocupação se tornou ainda maior quando sua saída da pasta passou a ser defendida por vários aliados do

governo —o presidente Jair Bolsonaro, entretanto, garantiu sua permanência até agora.

Ministros do alto escalão do governo indicaram que o Palácio do Planalto não foi informado oficialmente sobre os problemas no Enem. Auxiliares do presidente Bolsonaro disseram ter conhecimento do caso apenas pela imprensa.

A avaliação, tanto de integrantes do governo quanto de parlamentares que acompanham o MEC de perto, é a de que é preciso esperar qual será dimensão do episódio para calcular um possível dano maior a Weintraub.

Ministros próximos a Bolsonaro dizem que o vídeo com alusão ao nazismo que derrubou o secretário de Cultura, Roberto Alvim, elevou o sarrafo dos deslizes que são aceitos pelo presidente. De acordo com essa avaliação, uma eventual demissão do ministro da Educação neste momento só viria se os problemas com o Enem não forem solucionados e atingirem um número muito grande de estudantes.

Toffoli iguala teto de universidades estaduais ao de federais

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, concedeu uma liminar (decisão provisória) neste sábado (18) que iguala o teto salarial dos professores das universidades estaduais ao dos professores das universidades federais.

O salário dos professores das universidades estaduais tem hoje como referência o salário dos governadores dos respectivos estados — no caso de São Paulo, o de João Doria (PSDB) é de R\$ 23 mil. Com a decisão, o teto passa a ter como referência o dos ministros do STF, de R\$ 39,3 mil.

O impacto da decisão deve ser maior em São Paulo, onde estão três das maiores universidades estaduais do país, a USP, a Unesp e a Unicamp. A

liminar de Toffoli ainda será analisada pelo plenário do Supremo após o recesso, o que não tem data para ocorrer.

Toffoli atendeu a um pedido do PSD, que argumentou que há uma “injustificável distinção entre direitos remuneratórios [de professores e pesquisadores] a partir do fato de estarem vinculados a instituições universitárias e de pesquisa de diferentes entes federativos”.

O relator da ação é o ministro Gilmar Mendes. Toffoli analisou o pedido de liminar por estar responsável pelo plantão do Supremo durante o recesso.

Ele considerou que o modelo constitucional de federalismo cooperativo adotado no país revela um sistema nacional de educação. “A mensagem constitucional da

educação como política nacional de Estado só poderá alcançar seu propósito a partir do reconhecimento e da valorização do ensino superior”, escreveu.

“Esse reconhecimento parte da consideração de que os professores que exercem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades estaduais devem ser tratados em direito e obrigações de forma isonômica aos docentes vinculados às universidades federais.”

O ministro conferiu nova interpretação ao inciso 11 do artigo 37 da Constituição, no tópico em que a norma estabelece subteto para os estados, “para suspender qualquer interpretação e aplicação do subteto aos professores e pesquisadores das universidades estaduais, prevale-





cendo, assim, como teto único das universidades no país, os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal”.

A decisão atende a pleito dos professores universitários sobretudo paulistas, que se queixavam da diferença entre seus salários e o dos docentes das federais. O quadro se agravou nos últimos anos, em que não houve reajuste no salário dos governadores, achatando o teto estadual.

“[A decisão] É perfeitamente razoável”, disse Marco Antonio Zago, ex-reitor da USP e hoje presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

“Não sei se alguém pode achar razoável que as universidades públicas paulistas, que se colocam na ponta entre as melhores universidades brasileiras, têm um impacto histó-

rico muito grande no desenvolvimento do estado, que estas universidades, por circunstância que atende a interesses do estado de São Paulo, estivessem numa situação de ter um teto salarial menor do que todas as federais e, mais que isso, da maioria das universidades estaduais dos outros estados”, disse.

Segundo Zago, as universidades paulistas vêm perdendo profissionais para as federais e para a iniciativa privada por causa da defasagem do teto salarial. “Principalmente os jovens, que representam a esperança da universidade para renovação de seus quadros, não viam mais motivos para optar pelas universidades públicas paulistas”, disse.

Reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Marcelo Knobel tam-

bém comemorou a decisão, para ele uma forma de combater a fuga de cérebros das três estaduais paulistas.

Assim como Zago, ele afirma que o teto das estaduais já vinha causando impacto na universidades, com a saída ou aposentadoria de docentes em busca de melhores salários na iniciativa privada ou nas federais.

Segundo Knobel, em mas áreas com mais demanda do mercado, como medicina e computação, nota-se também um menor número de interessados nos concursos.

Presidente do Cruesp, que reúne também os dirigentes da USP e da Unesp, ele afirma que as universidades deverão estudar na semana que vem o impacto financeiro da decisão de Toffoli.

Colaborou Angela Pinho, de São Paulo

Firmeza contra fraudes

O fornecimento de uniformes aos alunos da rede escolar da Prefeitura paulistana, embora sujeito às normas de um processo de licitação, vinha apresentando problemas nos últimos anos, com queixas dos pais com relação ao material ou à feitura das peças. Agora, com o levantamento de sérios indícios de irregularidades pela Controladoria-Geral do Município (CGM), assim como as recomendações do Tribunal de Contas do Município (TCM), o prefeito Bruno Covas resolveu agir com firmeza: suspendeu a licitação e mudou o modelo de fornecimento dos uniformes.

Os pais receberão um cartão no valor de R\$ 215 por aluno para comprar eles mesmos as roupas e calçados – cinco camisetas, bermuda, agasalho, calça, jaqueta e tênis – em lojas credenciadas. O modelo – mais simples e ágil e, portanto, menos sujeito a fraudes – nada tem de improvisado: já vinha sendo estudado pela Secretaria Municipal de Educação e deveria ser implantado no ano que vem. Apenas foi antecipado por causa da forte suspeita de fraudes que viciavam a licitação. Elas são um exemplo do despudor e do atrevimento das empresas envolvidas.

Segundo reportagem do Estado, a Prefeitura tinha razões para suspeitar que as empresas participantes da licitação tentavam forçar o governo a fazer uma contratação de emergência, sem licitação, de acordo com as normas antigas de qualidade das peças do uniforme. Um exemplo é o tecido de Tactel que, embora tivesse seu uso não recomendado, já tinha sido comprado de fornecedores chineses. Em outras palavras, as empresas compraram o tecido errado e queriam empurrá-lo garganta abaixo da Prefeitura e dos alunos. E é um negócio de porte: 660 mil uniformes.

Daí a reação dura do prefeito: “Não há a menor dúvida para mim que a intenção dessas empresas era ficar com a faca no pescoço do prefeito, do secretário, esperando que a gente reduzisse as exigências”. Citando dados do TCM, Covas acrescenta que apenas 5% dos alunos usavam os tênis comprados na licitação anterior e fornecidos pela Prefeitura, por causa da má qualidade

do material: “De cada 25 tênis que a Prefeitura compra (no sistema agora deixado de lado), apenas um é usado”.

As conclusões a que chegou a CGM dão razão ao prefeito. Segundo nota por ela divulgada, foram verificados indícios de possível atuação fraudulenta de alguns licitantes. Entre os exemplos está o fato de duas empresas terem sido representadas pela mesma pessoa. Outro é que quatro delas não tinham funcionários registrados, o que indica possível “utilização de pessoa jurídica para ocultação da identidade da empresa beneficiada” por parte de “empresa de fachada”.

A intenção do prefeito é levar o caso até o fim, não se limitando a suspender a licitação. Se se confirmar a atuação de um grupo organizado para fraudar a compra de uniformes, a Prefeitura deve enviar os dados e documentos colhidos pela investigação para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Na mesma linha, o controlador-geral do Município, Gustavo Ungaro, afirma que, embora nenhum funcionário tenha sido relacionado a possível fraude, a apuração do caso deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil.

Tendo em vista a possível comprovação de manipulação da licitação, o prosseguimento das investigações é da maior importância. Suspeitas desse tipo não são novidade na administração pública. Não se deve esquecer que, em caso semelhante ao atual, o governo Covas descredenciou no ano passado cerca de 100 entidades que administravam creches municipais, após uma investigação constatar irregularidades na compra de merenda escolar. Não se pode tolerar nenhum tipo de ação criminoso de desvio de dinheiro público, ainda mais os destinados a roupas e comida para crianças.

Deve-se fazer tudo para moralizar e aprimorar o processo de licitação, para evitar desperdício do dinheiro público e para preservar a imagem da grande maioria das empresas que agem corretamente.

Inep admite falha no Enem e promete solução

Problema ocorreu no segundo dia do exame; estudantes estão preocupados com início das inscrições em universidades públicas

Daniel Wetberman / BRASÍLIA
Marco Antônio Carvalho

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, apontou falha da gráfica Valid Soluções S.A. nas notas erradas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 durante coletiva realizada neste sábado, 18. O dirigente do órgão estimou um número inferior a nove mil candidatos atingidos pelo problema. Esse foi o ano em que a empresa trabalhou pela primeira vez com o teste.

O Inep prometeu corrigir as informações até segunda-feira, 20. Pelas redes sociais, candidatos protestaram contra o erro. Um dos motivos da apreensão dos estudantes é o início das inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em universidades públicas com as notas do Enem, na próxima terça-feira, 21. O problema, de acordo com Lopes, foi verificado no segundo dia do exame, realizado em 10 de novembro.

Candidatos fazem provas diferentes, identificadas por cores. No momento da correção, pessoas que realizaram prova de uma cor tiveram a correção com base em outra, afirmou. Segundo ele, o mesmo problema ocorreu em anos anteriores.

“Não há nenhum prejuízo concreto”, disse Lopes. Dos 5.095.388 inscritos no Enem no ano passado, 3.709.809 fizeram a prova no segundo dia de aplicação. Anteriormente, ele havia citado um número inferior a 1% de candidatos com o problema. Até o momento, foram confirmados quatro candidatos em Viçosa (MG) com as notas trocadas, afirmou o dirigente. “Acho que não chega a nove mil pessoas.” Ainda neste sábado, o ministro da Educação, Abraham

● Sem punição

“Situações, problemas, sempre podem acontecer. O que temos que ter primeiro é transparência. Não há prejuízo concreto”.

Alexandre Lopes
PRESIDENTE DO INEP

Weintraub, admitiu que houve uma “inconsistência” que prejudicou a nota de parte dos candidatos e afirmou que os estudantes tiveram os gabaritos trocados. O ministro disse que ninguém será prejudicado.

Lopes classificou o erro da gráfica como uma “falha administrativa de transmissão de informações”, mas afastou a possibilidade de punição à empresa. “Situações, problemas, sempre podem acontecer. O que temos que ter primeiro é transparência”, comentou.

Ele ainda disse estar “bastante satisfeito” com o trabalho da gráfica. “Acho que não há problema nenhum”, afirmou. “Fazer ilações sobre a capacidade técnica e gerencial de qualquer um dos parceiros seria leviano.” O MEC abriu um canal por e-mail e telefone para receber reclamações de candidatos que possam ter sido prejudicados. Quando a nota errada é verificada, a prova será corrigida novamente até segunda-feira, de acordo com o Inep.

Redes sociais. Estudantes que fizeram o Enem protestaram





Análise. Weintraub e Lopes falaram sobre o tema ontem

contra o erro na noite desta sexta-feira, 17, dia em que o resultado das avaliações foi divulgado. A hashtag #erronoenem chegou a ocupar o topo da lista de assuntos mais comentados. Eles reclamaram de notas desproporcionais aos acertos no exame e ponderaram que, mesmo com a Teoria de Resposta ao Item (TRI), os resultados estariam incorretos.

A TRI implica dizer que a média de acertos não é calculada

levando-se em conta somente o número de questões corretas, mas também a coerência das respostas do participante diante do conjunto das questões que formam a prova do Enem. Os estudantes pediam a reavaliação dos resultados. Procurada, a gráfica não comentará o assunto.

A colunista Renata Cafardo está em férias.

EDUCAÇÃO »

Erros em notas testam credibilidade do Enem



O erro atingiu as notas do segundo dia de provas porque a correção foi feita com base em gabarito de outra cor: Inep culpa gráfica pela falha

Segundo estimativa do governo, aproximadamente 9 mil estudantes podem ter sido afetados com a falha identificada na correção das provas. Ministro pede desculpas e garante que nenhum candidato sairá prejudicado. Inscrições no Sisu estão mantidas para terça-feira

AUGUSTO FERNANDES

A expectativa para saber o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 era tão grande que Matthews Sabino, 20 anos, quase não saiu de frente da tela do computador na última sexta-feira. A ansiedade pela divulgação do resultado fez o mineiro de Curvelo, cidade distante 170km de Belo

Horizonte, até sonhar, alguns dias antes, com uma nota que o permitisse concorrer ao curso que ele sempre desejou estudar: medicina. No entanto, quando o jovem se deparou com a nota divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o sonho virou pesadelo e ele viu a esperança de começar uma graduação na área de saúde, aos poucos, se esvair.

A nota dele na prova de ciências da natureza e suas tecnologias, aplicada no segundo dia de exames do Enem, destoava das demais áreas do conhecimento. Mesmo tendo acertado 30 das 45 questões desta parte do exame, praticamente 67%, o seu resultado ficou aquém do

esperado: 468 pontos — o que não chega nem à metade dos mil pontos possíveis. “Fiquei em dúvida e decidi comparar com anos anteriores. Daí, reparei que em 2018 tinha acertado menos questões, mas tido uma nota maior. Além disso, conversei com outros amigos que tinham acertado 30 ou mais questões, e que conseguiram uma nota muito superior à minha. Portanto, não tinha porque a minha nota ser tão baixa”, reclama.

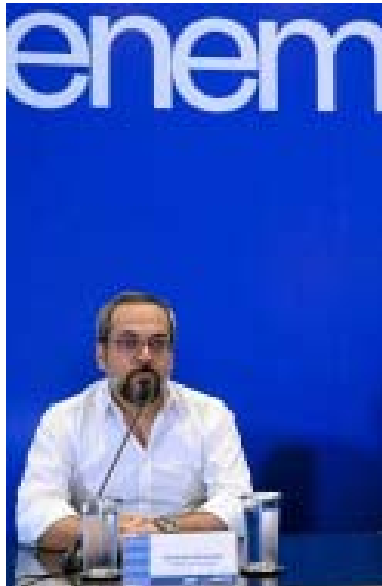
Assim como Matthews, candidatos de todo o país que prestaram o exame do ano passado foram surpreendidos com o resultado oficial publicado pelo Inep. Uma “inconsistência no gabarito de algumas provas”, como anunciou o órgão, provocou o erro na divulgação das notas do segundo dia de provas de uma parte dos candidatos. Das quase de 3,71 milhões de pessoas que participaram do exame naquela data, o instituto calcula aproximadamente 9 mil candidatos possam ter sido afetados.

Por conta da falha, o Inep prometeu revisar os resultados dos estudantes que foram lesados e divulgar as correções até amanhã. A reavaliação, contudo, será feita mediante a comunicação dos candidatos que se sentiram prejudicados. O instituto abriu dois canais de diálogo para que os alunos peçam a revisão das suas notas (veja Quadro). Matthews já fez a sua parte, agora, espera a reciprocidade da instituição que organiza o Enem.





“A frustração já é enorme. No ano passado, fiquei na lista de espera e não fui aprovado na universidade por questão de pontos. Por isso, eu sei que tenho de dar valor a qualquer ponto que seja, pois isso faz toda a diferença”, comenta o jovem. “Se sentir prejudicado é muito ruim. Estudei bastante e nunca imaginei que isso pudesse acontecer. Portanto, estou na expectativa para que a minha nota seja arrumada e eu tenha melhores condições para poder me candidatar”, acrescenta.



Weintraub admitiu inconsistência e lamenta transtornos no Enem

Críticas
Diretora do Sindicato dos

Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa pede que o Inep dê prioridade à correção das notas, especialmente porque o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa a nota do Enem como parâmetro para o ingresso em universidades públicas, não terá o calendário alterado e vai começar a receber as inscrições na terça-feira. “O instituto não pode aumentar o prejuízo para os alunos. Todos os candidatos que estão participando deste processo têm de ser respeitados”, comenta, acrescentando que a falha na correção gera insegurança para os próximos exames.

“Essa é uma etapa crucial para a vida dos estudantes. Eles já estão muito sobrecarregados emocionalmente, devido à indecisão sobre o que querem para o futuro, e, devido a esse tipo de instabilidade, a situação fica ainda mais grave. Os que participarão das provas futuras ficarão desconfiados. Por isso, esperamos as providências corretas, até para que o Enem não perca a credibilidade”, analisa.

O presidente da Associação de Pais e Alunos do DF (Aspa-DF), Alexandre Veloso, avalia que o Inep poderia reverter o estrago mesmo sem a manifestação dos candidatos. “É importante identificar os erros e, de própria providência, adotar a

correção. Os estudantes não podem ser penalizados pois o que se espera do serviço é que ele seja de excelência e capaz de ser autorregulado.”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, pediu desculpas pelo transtorno, admitiu que houve uma “inconsistência” que prejudicou a nota de parte dos candidatos e afirmou que os estudantes tiveram os gabaritos trocados. Ele ainda disse que ninguém será prejudicado. Já o presidente do Inep, Alexandre Lopes, apontou falha da gráfica Valid Soluções S.A. nas notas erradas — esse foi o ano em que a empresa trabalhou pela primeira vez com o teste.

No Enem, candidatos fazem provas diferentes, que são identificadas por cores. De acordo com Lopes, na hora da correção, houve pessoas que realizaram o teste de uma cor e tiveram a correção com base em outra. Ele classificou o erro como uma “falha administrativa de transmissão de informações”, mas afastou a possibilidade de punição à empresa. “Situações, problemas, sempre podem acontecer. O que temos que ter primeiro é transparência”, comentou o presidente do Inep.

>> Fique atento!

- » Para corrigir as notas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) pede que os candidatos que se sentirem lesados entrem em contato pelo e-mail: enem2019@inep.gov.br;
- » No canal de comunicação, segundo o Inep, os interessados devem informar nome completo e CPF;
- » Os estudantes ainda podem recorrer por meio de telefone, pelo número: 0800-616161;
- » O instituto promete revisar as provas e divulgar um novo resultado até amanhã.

Toffoli iguala teto

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, concedeu liminar para igualar o teto salarial de professores e pesquisadores das universidades estaduais e federais. Em ação direta de inconstitucionalidade, o Partido Social Democrático (PSD) questionava o subteto de professores das instituições estaduais com base no salário dos governadores. Agora, o teto passa a ser o valor do salário dos ministros do STF: R\$ 39,3 mil.

O presidente da Corte sustentou que a Constituição define um sistema nacional de Educação. “Partindo do pressuposto de que a Carta da República concebeu um projeto de política nacional de educação, não vislumbro razão para compreender como adequada a existência de uma diferenciação remuneratória entre docentes e pesquisadores que exercem as mesmas funções em instituições de ensino superior de entidades federativas distintas.”

“Esse reconhecimento parte da consideração de que os professores

que exercem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades estaduais devem ser tratados em direito e obrigações de forma isonômica aos docentes vinculados às universidades federais”, disse Toffoli ao ressaltar a importância da valorização da educação enquanto ‘política nacional de Estado’.

O ministro encaminhou a liminar para Gilmar Mendes, relator do caso no Supremo. O plenário ainda deverá deliberar definitivamente sobre a decisão após o recesso do Judiciário, em fevereiro.

O salário dos professores das universidades estaduais têm hoje como referência o salário dos governadores de cada estado. O PSD acusava a regra de criar “injustificável distinção” entre os direitos remuneratórios por conta da vinculação das instituições de ensino a diferentes entes federativos. Ainda, dizia que ela era imposta por “interpretações danosas ao ensino superior e ao progresso científico e cultural do país”.

Sem educação na infância, 2020 não será ano novo

DIOCLÉCIO CAMPOS
JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, presidente atual do Global Pediatric Education Consortium (GPEC)

Se não houver investimento em educação de qualidade na infância, a desigualdade social será perpetuada no país. A criança tem direito a um acolhimento seguro, educativo e estimulante. São requisitos para seu desenvolvimento cerebral, etapa indispensável à formação da personalidade. Sem reconhecer esse direito, a sociedade perderá o seu capital cognitivo, vale dizer, a elevada capacidade de aprendizagem que caracteriza a fase infantil do ser humano. São atributos a serem assegurados a todas as crianças, sem nenhuma desigualdade. Não se trata de iniciativa imediatista. É o único caminho, legítimo e respeitoso, destinado à inabalável construção da cidadania.

O Brasil só progredirá por meio de medidas eficazes em favor das novas gerações. Crescimento do PIB, inflação reduzida, valorização do câmbio, aumento do salário

mínimo e outros indicadores econômicos não produzirão o benefício esperado sem a priorização absoluta do investimento na infância, como define o artigo 227 da Constituição brasileira.

Exemplos comprobatórios da veracidade de tais princípios são os modelos educacionais de vários países do planeta. Há muito tempo, a União Europeia adotou essa rota civilizatória. Foram assim preservados os valiosos pilares culturais que unificam seus povos e fortalecem seu progresso. Uma das ações que destacam o mérito desses países, particularmente nos da península escandinava, é o reconhecimento da missão do magistério, entendida como nobre função da sociedade civilizada e humanista. Modelo referencial é a Finlândia, nação europeia cujo nível educativo é um dos mais elevados do mundo atual. Outro exemplo vem da Coreia do Sul, país que, graças à sábia decisão de investir prioritariamente na educação das novas gerações, superou a pobreza de uma sociedade arrasada pela guerra, promovendo o restabelecimento de uma nação que se tornou exemplar. Mais uma referência é o Japão, reduto pátrio que cultua a educação de qualidade na infância como indispensável oxigênio que circula, com equilíbrio igualitário, por todos os órgãos e sistemas do seu organismo nacional.

Com o território privilegiado que possui, o Brasil não pode permanecer no atraso com o qual vem convivendo ao longo de sua história. Nem deve desprezar tão expressivos exemplos, ignorando a prioridade educacional da infância. Se não incorporar o padrão referencial dos países citados, a sociedade brasileira seguirá nas chocantes crises econômicas e na vergonhosa iniquidade social que a caracterizam.

Valiosas propostas de sérias lideranças nacionais não foram adotadas. Merecem ser citadas como provas do desprezo com o qual sempre foram relegadas pelas instâncias governamentais. Com efeito, o grande pensador Rui Barbosa formulou, em 1883, um sólido programa para a educação da infância. Empenhou-se na defesa desta causa. Previu que, se o país não tomasse providência daquela natureza, a sociedade brasileira não teria futuro. Infelizmente, foi o que aconteceu. As gerações seguintes pagaram o oneroso preço de tamanho desleixo.

Fidélis Reis, deputado federal, apresentou, em 1922, o projeto de educação profissional que o país deveria implantar à luz do cenário da era industrial que crescia. O objetivo era formar profissionais qualificados para as áreas da industrialização. A ideia não sensibilizou o Congresso Legislativo da época. Comprometido





com a causa, o deputado enviou cópia do projeto a duas grandes lideranças internacionais de então, Albert Einstein e Henry Ford, solicitando-lhes sua experiente avaliação. A resposta foi imediata e favorável, fortalecendo a fundamentação da iniciativa. Fidélis Reis persistiu na defesa da causa, enfatizando o apoio de tão inquestionáveis lideranças. O projeto foi então aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Washington Luiz que, pouco tempo depois, revelou não haver recursos para implementá-lo e determinou seu arquivamento. O deputado buscou o apoio do empresariado da época. Assim surgiu a instituição Senai, que prestou e presta grande serviço para a educação profissional.

Em 2006, a Sociedade Brasileira de Pediatria elaborou o Programa Nacional de Educação Infantil (Pronei), lançado em cerimônia na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. A senadora Patrícia Saboya registrou-o como projeto de lei, logrando aprová-lo no Senado. Foi, contudo, rejeitado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Em síntese, no Brasil, o ano 2020 só será novo se a educação igualitária da infância for implementada como prioridade absoluta do país.

Trabalho &
formação profissional

CORREIO BRAZILIENSE - Brasília, domingo, 19 de janeiro de 2020

QUANTAS NESTA EDIÇÃO
124 páginas de conteúdo exclusivo
R\$ 3,993 (valor)
1.519 minutos de leitura e 1.519 minutos
63 minutos de áudio

Editora: Ana Sá
trabalho@cpb.br
TEL: 061 3402.1111

leatro em R...

** Poetas x Gladiadores*

** Pão e Circo*

E agora, professores?

Luana é estudante de licenciatura em artes cênicas, sabe das dificuldades da carreira, mas acredita na função do professor para mudar vidas

Nos próximos cinco anos, o número de docentes de ensino básico no país passará a ser maior do que a necessidade das salas de aula. Esta pode ser uma boa oportunidade para reduzir o montante de alunos por turma e repensar a educação brasileira, que precisa melhorar. Para isso, educadores qualificados e motivados são a chave. Porém, pesquisa mostra que grande parte dos profissionais do setor se sente desmotivada e até arrependida.

Páginas 2 a 5

MAGISTÉRIO »

Os (des)encantos da carreira docente

Educação de qualidade exige bons professores. Nesse sentido, é imprescindível atrair jovens talentosos para a carreira, garantir que eles tenham boa formação e que estejam motivados, como mostra estudo dirigido pelo Instituto Ayrton Senna. No entanto, a trajetória dos educadores, muitas vezes, está bem distante desses ideais

Isadora Martins*



Laura Machado, do Instituto Ayrton Senna, acredita que a diminuição das matrículas pode ser uma oportunidade para melhorar a educação

Nos próximos cinco anos, o Brasil formará cerca de 1,5 milhão

de professores. Em contrapartida, o número de matrículas nas escolas deve diminuir em função da queda da taxa de natalidade. Os dados são de balanço divulgado pelo Instituto Ayrton Senna no fim do ano passado. “Desde a década de 1990, a mensagem que as secretarias, o Ministério da Educação (MEC) e a sociedade passavam para as universidades era: nós precisamos de mais professores, formem mais professores”, afirma Laura Machado, especialista em educação na cátedra do instituto.

“Agora, o número de crianças está caindo, e as instituições estão formando aquele mar de gente. Se isso não mudar, esses profissionais podem ficar sem alocação a partir dos próximos cinco anos”, acrescenta a pesquisadora, que auxiliou na elaboração do balanço. As projeções do estudo para o Distrito Federal refletem a tendência nacional. Para se ter uma ideia, as matrículas na educação básica no DF devem cair de 406 mil, em 2018, para 382 mil, em 2025. Em 2050, o número de inscrições deve ser de 347 mil.

Diante desse cenário, uma opção que as Secretarias de Educação têm é a de reduzir a quantidade de alunos por sala de aula. Assim, não seria necessário diminuir o montante de turmas e mais professores poderiam ser contratados. Outra opção é aproveitar o ritmo de queda das

matrículas e limitar a quantidade de turmas e escolas, o que poderia deixar uma grande quantidade de docentes sem emprego.

De acordo com Laura, se a situação for bem gerida, pode ser uma oportunidade para melhorar a qualidade da educação sem elevar os gastos públicos. Afinal, com menos alunos, o custo per capita por estudante aumenta. “Tudo depende do que vamos fazer com esses dados. Eles podem ser uma janela de oportunidade para alocar as despesas de forma eficiente”, opina. “Agora, se ninguém readequar a oferta e a demanda (de alunos e professores), teremos um problema.”

Perfil dos candidatos

O balanço divulgado pelo Instituto Ayrton Senna também mostra que a nota de corte para cursos de licenciatura no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) costuma ser menor do que a média de todas as graduações. No DF, entre 2014 e 2018, a pontuação mínima para as graduações em licenciatura foi, em média, 644,6. Já para o conjunto de cursos, a nota foi 685,7. No Pará, estado que teve a maior discrepância, a nota de corte para licenciatura, no mesmo período, foi 649,3, enquanto a média das outras graduações foi de 661,1 pontos.





Dessa maneira, em geral, esses cursos não atraem estudantes de ponta e abrem porta para muitos candidatos com deficiências educacionais. “Nós não estamos recebendo os melhores alunos para a carreira de professor. Em todos os estados brasileiros, a nota de corte para cursos de licenciatura está abaixo da média”, analisa o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros, conhecido na organização como PB. “Se não atraírmos pessoas talentosas, não teremos bons professores”, acrescenta.





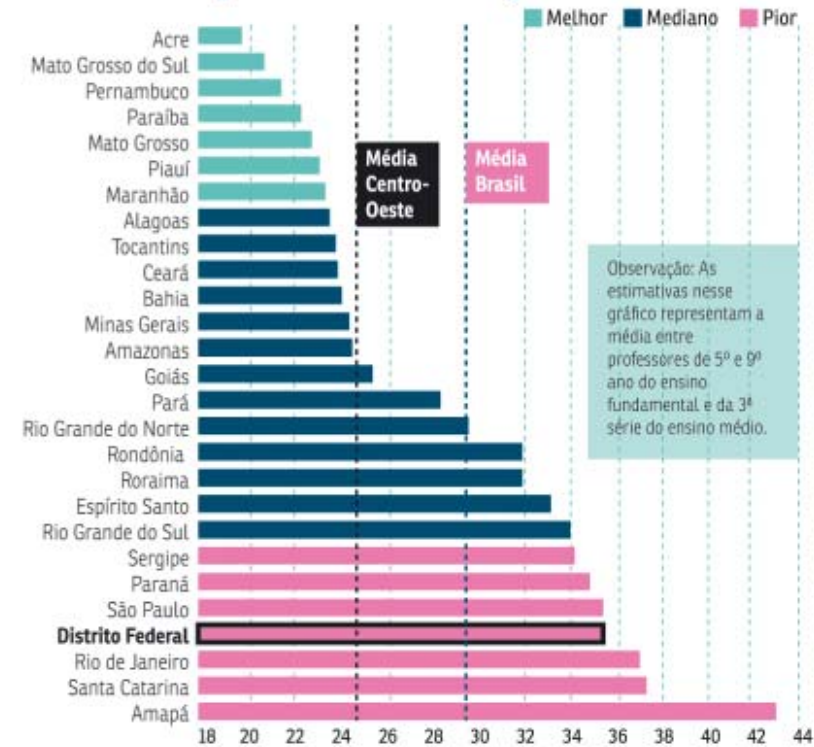
Motivação para ensinar

Balanco do Instituto Ayrton Senna, divulgado no fim do ano passado, apresenta o resultado de várias pesquisas sobre a motivação dos docentes brasileiros. Confira:

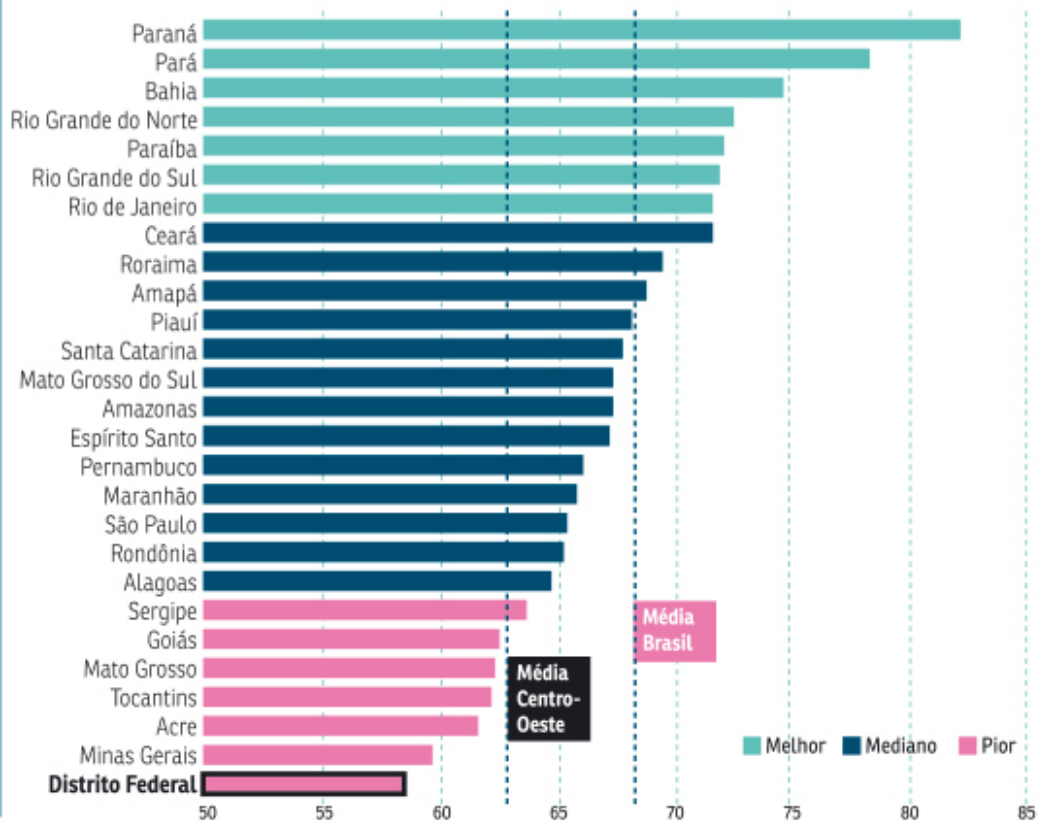
Porcentagem de professores dos anos finais da rede pública que concordam com as seguintes percepções a respeito do magistério

Percepção	Distrito Federal	Posição relativa	Brasil	Centro-Oeste	União Europeia
As vantagens de ser professor superam claramente as desvantagens	57	21	59	63	67
Se pudesse decidir novamente, ainda escolheria trabalhar como professor	59	27	68	63	79
Eu me arrependo de ter decidido me tornar um professor	21	26	14	17	9
Penso se seria melhor se tivesse escolhido outra profissão	43	25	34	35	28
Acho que a profissão de professor é valorizada pela sociedade	13	16	12	12	17

Porcentagem de docentes que percebem os problemas de aprendizagem dos alunos na escola em que leciona como decorrentes da insatisfação e desestímulo do professor com a carreira docente por unidade da Federação



Porcentagem de docentes dos anos finais em escola pública que, se pudessem decidir novamente, ainda escolheriam trabalhar como professor



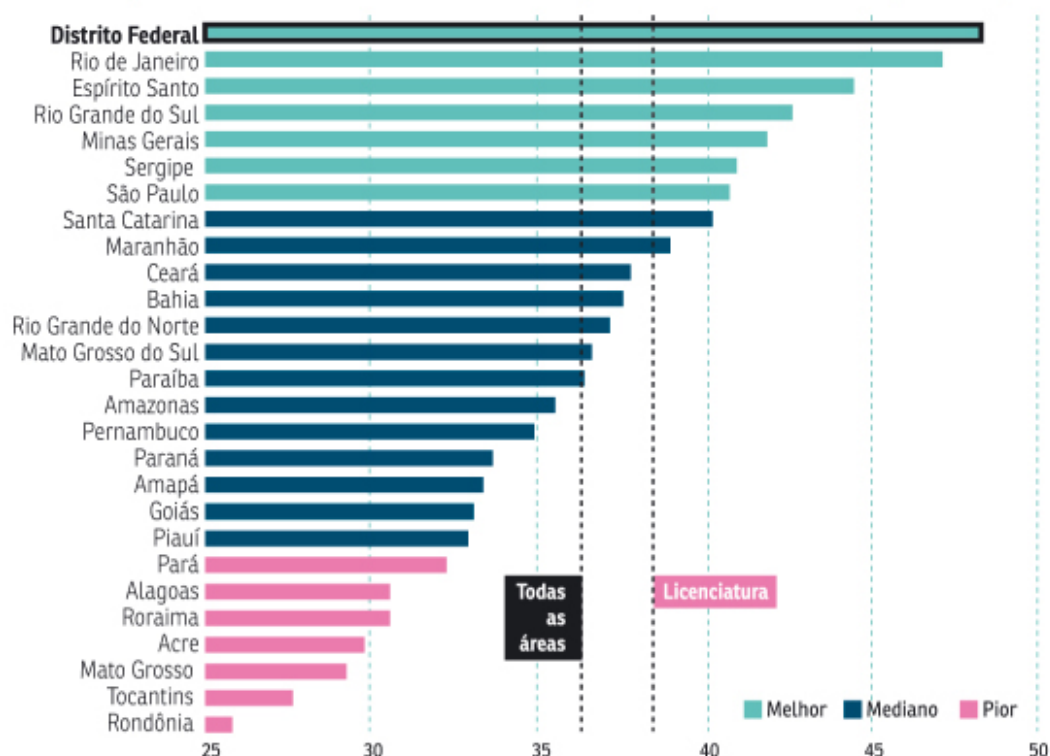


Interesse dos concluintes de licenciatura pelo magistério

Porcentagem dos estudantes de licenciatura e pedagogia que:	Distrito Federal	Posição relativa	Brasil	Centro-Oeste
Escolheu o curso por vocação	48	1	38	37
Escolheu o curso por ter tido professores que o inspiraram ou ter crença na própria vocação ou na importância da profissão	69	14	71	67
Pretende exercer o magistério após o término do curso como atuação profissional principal	59	24	65	63
Pretende atuar daqui a cinco anos em escola pública como professor	66	15	63	65
Pretende atuar daqui a cinco anos em escola pública ou particular como professor	73	15	72	72



Porcentagem de estudantes de licenciatura que escolheram o curso por vocação



Carreira desvalorizada

Segundo especialistas, o problema das notas de corte inferiores à média ocorre por causa da baixa atratividade da carreira docente, que, em geral, é desvalorizada. “Nosso país está em dívida com essa profissão. E isso não é de hoje. É histórico. Infelizmente, já é uma condição crônica a educação não ter seu devido valor e, conseqüentemente, os docentes também não”, lamenta Rosilene Corrêa, presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF). “O que nos mantém nesse ofício é o fato de que ser professor tem que ser para alguém que quer. Eu mesma costumo dizer que, se eu não fosse professora, eu seria professora”, brinca. “Não existia outra possibilidade para mim. É uma condição de rotina que você estabelece diferente de qualquer outra profissão.”

De acordo com o doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em educação pela Universidade de Brasília (UnB)

Erasto Fortes Mendonça, a desvalorização da carreira, somada às condições de trabalho — muitas vezes precárias — e aos salários baixos, é fator determinante para que a profissão não seja atrativa. “Eu digo isso lamentando, porque os países que são colocados pelos próprios governantes como exemplos e modelos são justamente os que valorizaram a carreira do professor”, comenta.

“No Brasil, o salário já é um problema. Mas eu digo que, para ter bons docentes, não basta oferecer uma remuneração alta”, opina. “O educador precisa ter oportunidades para progredir na carreira paulatinamente e boas condições de trabalho — uma escola adequada com utensílios e tecnologias adequadas”, completa. O professor aposentado da UnB garante que, quando isso ocorrer, a nota de corte para cursos de licenciatura passará a ser altíssima. “A juventude talentosa que nós temos espalhada pelas escolas vai ser a primeira a querer fazer parte do magistério.”

Falta motivação

Sentir-se motivado é fundamental para ter bons resultados na profissão. Quando falamos da carreira docente, o engajamento dos professores interfere diretamente na aprendizagem dos alunos. Não adianta ter educadores talentosos e bem formados se eles não tiverem motivação, como garante o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, Ricardo Paes de Barros. “É uma trinca: atrair bem, formar bem e garantir que o professor esteja motivado”, explica. “Se talento e boa formação dessem bons resultados, Brasília seria uma maravilha. Os docentes da capital federal são supertalentosos e bem formados, mas, às vezes, não têm motivação com o trabalho.”

O estudo do Instituto Ayrton Senna consultou profissionais da rede pública que dão aulas para os anos finais e revela que 21% dos professores do Distrito Federal dizem ter se arrependido da escolha da profissão. A média brasileira foi

de 14%. Além disso, 43% dos educadores da capital federal pensam se seria melhor ter escolhido outra carreira. Quando questionados se os problemas de aprendizagem dos alunos na escola seriam decorrentes da insatisfação e desestímulo do professor com a carreira, aproximadamente 36% dizem que sim.

“A rede pública do DF tem, talvez, os docentes mais bem formados do país. Então, a expectativa que um professor bem formado cria para a própria carreira é altíssima”, analisa o doutor em educação pela Unicamp Erasto Fortes Mendonça. “Quando ele passa a exercer a profissão e se desilude com as condições de trabalho e com a forma inamistosa com que os governos tratam os professores, como se fossem inimigos da população, isso desmotiva”, acrescenta o especialista, que foi conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) entre 2012 e 2016.

A educação transforma

Luana Izabel Ferreira Souza, 21 anos, está no 6º semestre de licenciatura em artes cênicas na UnB. Quando terminar o curso, pensa em dar aulas de teatro na rede pública de ensino, porque acredita no poder da arte e da educação. “O professor é aquele que ajuda o aluno a enxergar os caminhos e as possibilidades de transformação da própria realidade e do mundo”, opina. O interesse surgiu na adolescência, quando ela começou a cursar teatro no Centro de Ensino Fundamental 201 de Santa Maria. Depois, a estudante ganhou bolsa para participar da companhia Espaço Teatral H20.

“Lá eu tive professores muito dedicados que me inspiraram bastante. Eu entendi a importância de fazer teatro e o valor da arte na educação”, relembra. Atualmente, Luana dá aulas para crianças de 2 a 6 anos em uma casa de brincadeiras na Asa Sul. Ela conta que é uma experiência “deliciosa” e uma oportunidade de aprendizado. “Eu nunca havia trabalhado com alunos dessa faixa etária. Tive de pensar em uma nova metodologia, no que eu gostaria de ensinar para eles. Eu também preciso estar aberta o

tempo inteiro para aprender, porque eles me ensinam muito”, relata.

“Cada aula é um espaço de muita troca e escuta. Lidar com crianças nessa idade está sendo algo muito gostoso”, acrescenta. Luana também dá aulas no cursinho voluntário Vestibular Cidadão há seis meses. De acordo com ela, o projeto é muito importante, porque contribui para que jovens alunos de escolas públicas e da periferia ocupem espaço na universidade pública.

A estudante conta que já se sentiu desmotivada. O sinal de desânimo surgiu principalmente depois que fez estágio obrigatório na Escola Parque, localizada na 313/314 Sul. “Eu vi de perto todos os problemas e defasagens da escola”, conta. Outro fator desestimulante, de acordo com a estudante, é a forma como a figura do professor é vista atualmente. “Ele está sendo demonizado, tratado como vilão, como o que doutrina, o que manipula.” No entanto, ela não pensa em desistir. “Eu continuo acreditando no poder da educação e ainda tenho vontade de ir à escola e fazer a diferença na vida de um jovem e de uma criança.”

"Adoro dar aulas, mas me arrependo da escolha"



"É uma pena que, para eu ser realizado financeiramente, tenha de procurar outra carreira. Lamento que o magistério precise virar um bico e não possa ser minha ocupação principal" Bruno Santos de Araújo Fernandes, professor de história

Formado em história e mestre em ciência política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bruno Santos de Araújo Fernandes, 37, é um dos professores da SEE-DF que se sentem desmotivados com a carreira. Ele reclama de receber um salário baixo, apesar de ter especialização. "Eu sou muito mal pago. Fiz mestrado e ganho R\$ 300 a mais por isso", lamenta. O valor corresponde à diferença de remuneração entre um educador com especialização e um com mestrado. "Se eu continuar recebendo o mesmo salário pelo resto da minha vida, pelo resto dela serei infeliz", diz.

Segundo o Portal da Transparência, a remuneração bruta de Bruno é R\$ 6.590,23. Os educadores da rede pública do DF têm salário-base inicial de R\$ 3.858,87 para a carga de 40 horas semanais. Todos recebem auxílio-alimentação de R\$ 394,50, auxílio-transporte de R\$ 200 e gratificação pedagógica de R\$ 1.157,66. Assim, um professor efetivo com carga horária de 40 horas semanais ganha mensalmente, no mínimo, R\$ 5.611,03. Os dados são da SEE-DF. O piso nacional dos profissionais da rede pública da educação básica em início de carreira será reajustado em 12,84% para 2020, passando de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24.

De acordo com Bruno, falta valorizar o esforço. Ele observa que a diferença salarial, no fim da carreira, entre um professor que tem mestrado e outro que não tem é de cerca de R\$ 700, enquanto, em um tribunal, essa distinção pode chegar a R\$ 1.500. "Para quem é mais importante ter um mestrado? Um analista de tribunal ou um professor?", indaga. "São essas questões que me fazem querer abandonar a profissão." Ele está deprimido por causa das condições de trabalho e faz acompanhamento psicológico. Inclusive, passou um período afastado da sala de aula devido aos transtornos psíquicos.

"A depressão não é um caso isolado na Secretaria de Educação, ela acontece às pencas", revela. O mestre reclama, ainda, da falta de recursos. Segundo o professor, é comum que docentes tenham de arcar com os custos de materiais utilizados. "Quando eu dava aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, eu imprimia o material em casa. Comprei uma impressora boa para isso", relata. "Muitas vezes, é preciso tirar dinheiro de um salário já ruim para fazer um bom trabalho. Se não, é meu nome que está em jogo, não o da Secretaria de Educação", acrescenta Bruno, que, atualmente, está afastado para cuidar da mãe, que está com câncer.

Apesar de estar insatisfeito com a remuneração, ele garante que ama dar aulas. "Eu me dou muito bem com meus colegas e alunos", diz. "É uma pena que, para eu ser realizado financeiramente, tenha de procurar outra carreira. Lamento que o magistério precise virar um bico e não possa ser minha ocupação principal." O professor conta que está estudando para concurso do Senado. Outra opção, de acordo com ele, é procurar um emprego na rede particular para complementar a renda.

Incentivo da mãe



“O que eu mais gosto no fato de ser professor é trabalhar com crianças. Elas são um público que nos enche de esperança e renova nossas energias”, conta Victor Bernardes, 28. Graduado em educação física pela Universidade Católica de Brasília (UCB), ele trabalha na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) desde 2013 e concluiu mestrado na UnB no ano passado. A escolha da carreira foi inspirada pela mãe, professora aposentada que dava aula na educação especial na rede pública.

“Eu cresci dentro de escolas públicas a acompanhando, apesar de nunca ter estudado em uma”,

relembra. “Sempre vi as dificuldades inerentes à profissão, mas, ao mesmo tempo, percebia como minha mãe era realizada com o trabalho dela. Isso com certeza me incentivou.” Victor conta que pensou em desistir da carreira depois da eleição do presidente Jair Bolsonaro. “Imaginei que a situação fosse ficar muito difícil, principalmente por causa de alguns anúncios dele que têm os professores como alvo. E, de fato, está complicado”, lamenta.

“Algumas dificuldades que a gente tem enfrentado são o obscurantismo e o moralismo, que influenciam diretamente a prática pedagógica dos professores. Isso acaba nos inibindo de tocar em temas sensíveis e importantes na sala de aula.” No entanto, ele relata que o amor pela profissão o fez continuar. “Aos poucos, a gente vai se encontrando com os colegas e acaba renovando as energias. Desistir não passa mais pela minha cabeça.” Victor cita uma frase de Paulo Freire — patrono da educação brasileira, chamado de “energúmeno” por Bolsonaro — que ele tem como inspiração: “Sou professor a favor da esperança, o que me anima apesar de tudo”.

Caem as notas de quatro áreas avaliadas no Enem

Na Redação, único segmento em que houve aumento da média em relação a 2018, 53 estudantes tiveram resultado máximo e 143 mil zeraram; ministro da Educação afirmou que exame ‘não é feito para medir a evolução da qualidade do ensino no país’

ANDRÉ RODRIGO
DE SOUZA*

sociedade@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Das cinco áreas avaliadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019, a nota média dos participantes diminuiu em quatro na comparação com a prova aplicada em 2018. Apenas na Redação houve uma elevação. Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério da Educação (MEC). Numa escala que vai até 1.000, Redação subiu de 522,8 para 592,9; Matemática caiu de 535,5 para 523,1; Ciência Humanas foi de 569,2 para 508; Linguagens, de 526,9 para 520,9; e Ciências da Natureza, de 493,8 para 477,8.

As notas individuais, que já podem ser consultadas no site do Enem, são usadas pelos candidatos em programas que garantem acesso a cursos superiores em instituições públicas e privadas, a exemplo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que terá inscrições abertas a partir da próxima terça-feira. Segundo o MEC, a taxa de participação do

exame foi recorde em 2019: 77% dos 5,1 milhões de inscritos. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que as notas médias não medem a qualidade da prova e afirmou que o Enem de 2019 foi um sucesso. Afirmou ainda que o exame não serve para avaliar o desempenho da educação básica: — Cada instrumento tem sua função. O Enem não é feito para medir a evolução da qualidade do ensino, ano a ano, no país. O objetivo do Enem é selecionar as melhores pessoas. Ponto.

Já o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, disse que é possível comparar os resultados dos inscritos de um ano para o outro graças ao método de cálculo da nota do Enem: a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que permite eliminar distorções, como um desempenho mais fraco num ano em que o exame foi mais difícil:

— A prova mede o nível de proficiência daquele conjunto de estudantes. Então a qualidade é das pessoas que estão fazendo a prova, não da prova em si. O uso da TRI garante que a gente consiga auferir a proficiência correta em qualquer área de conhecimento.

NOTA MIL

Na Redação, 53 estudantes tiveram a nota máxima e 143.736 zeraram. Os motivos mais comuns

para a nota zero foram: prova entregue em branco (56.945), fuga ao tema (40.624) e cópia do texto motivador apresentado no Enem (23.265).

Um dos poucos candidatos a conquistar a nota máxima, o carioca Gabriel Lopes, de 20 anos, decidiu cursar Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) após concluir o ensino médio na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek, no Jardim América, na Zona Norte. Durante o curso preparatório no pH, tinha o hábito de escrever uma ou duas redações completas por semana. — Tinha vezes que eu pensava num tema e fazia um parágrafo ou mapas mentais sobre outros temas, selecionava argumentos possíveis, deixava tudo organizadinho. Mas, na verdade, a Redação para mim acontecia o tempo todo. Assistia ao jornal pensando na Redação, via anúncio na rua pensando nela... — explicou.

PROVA DIGITAL

Alexandre Lopes anunciou ontem que a meta inicial de aplicar o Enem de forma digital para 50 mil pessoas em 2020 dobrou. O MEC agora quer que 100 mil façam a prova dessa forma. O objetivo é que o exame seja 100% digital até 2026. A intenção é oferecer aos primeiros inscritos de 2020 a possibilidade de fazer a prova digital. *Estagiário sob supervisão de Marco Aurélio Canônico

Campanha do MEC para leitura mira shoppings e carro



Atividade do Conta Pra Mim com o urso Tito em shopping de Curitiba. Rodolfo Buitoni/Folhapress

Educadores questionam ainda propaganda que retrata casa de classe média e sugestão de audiobook

Angela Pinho
SÃO PAULO

Com vídeos e um urso de pelúcia quase do tamanho do ministro Abraham Weintraub (Educação), o governo Bolsonaro deu início a uma campanha para estimular pais a lerem para seus filhos.

A estratégia adotada, porém, com uma propaganda que retrata uma casa de classe média alta e recomendações como “ouça

audiobooks no carro”, deixa dúvidas sobre o potencial da política de alcançar famílias mais pobres.

A campanha Conta Pra Mim se insere em um quadro problemático na alfabetização das crianças. Dados da mais recente Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada em 2016, mostram que 55% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental tinham nível insuficiente em leitura, e 34%, em escrita.

O quadro é ainda pior nas escolas da zona rural do país.

O garoto-propaganda da

campanha do MEC para reverter esse quadro é o urso Tito. Ele tem sido levado a shoppings de capitais do país, como o West Plaza, na zona oeste de São Paulo, para chamar a atenção ao tema em estandes que oferecem também contação de histórias.

Ainda como parte das ações do programa, uma propaganda tem sido veiculada na televisão, e o ministério disponibilizou em seu site materiais de orientação às famílias para estimular o que chama de literacia familiar, definida como “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis”.

Ela envolve estratégias como interações verbais, leitura de histórias e incentivo à escrita.

A próxima etapa será a distribuição de kits com cadernos, livros e giz de cera e a implantação de 5.000 “cantinhos Conta Pra Mim” nos municípios que aderirem ao projeto. Nesses locais, espera-se que pais do Bolsa Família (ou seja, com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa) sejam orientados sobre a literacia familiar por tutores que receberão uma formação específica.





Para pesquisadores e entidades educacionais, a estratégia de comunicação do MEC, no entanto, se distancia desse público quando o mascote Tito é levado apenas a centros de compra das capitais, alguns deles de classe média alta, e com a propaganda de televisão que retrata uma família com lareira em casa acesa em dezembro (no verão), árvore de natal repleta de presentes e lustre com pingentes de vidro.

“Que família no Brasil tem lareira em casa e ainda acende a lareira no Natal?”, indaga Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

“A propaganda gera preocupação porque parece tratar de um tipo muito específico de família”, afirma.

Altenfelder ressalta que, em sua experiência de formação de educadores, conheceu diversos casos de pais com baixíssima escolaridade ou mesmo analfabetos que conseguiram despertar o interesse dos filhos pelo mundo da escrita e que é importante estimulá-los a isso.

Mas pondera que a responsabilidade pela alfabetização não pode ser transferida da escola para a família, até porque muitos dos pais têm dificuldade para isso.

O guia do MEC sugere algumas práticas que independem da renda, como falar com o bebê olhando para o seu rosto, passar tempo em família e incentivar jogos e brincadeiras.

Outras orientações, porém, demandam alguma condição material, como “escute audiobooks (audiolivros) com seus filhos, principalmente durante deslocamentos e viagens de carro” e “ofereça blocos ou peças com as letras do alfabeto para seu bebê brincar”. “Outra opção divertida são os alfabetos magnéticos, cujas letras podem ser colocadas sobre superfícies metálicas.”

Para Claudemir Belintane, professor livre-docente da Faculdade de Educação da USP, o programa vai na contramão de pesquisas atuais que buscam encontrar estratégias de aproximação entre linguagem escolar e a linguagem das famílias de baixa escolarização.

“Os conteúdos dos programas de vídeo e o do manual são expressos em uma linguagem técnica de difícil assimilação para as famílias que não têm estudos. Se elas tiverem acesso ao material, vão se excluir mais ainda, pois podem constatar a distância que estão da escola”, diz.

Em sua avaliação, materiais voltados às famílias poderiam ser valiosos, desde que se relacionassem com a realidade do país.

“Um bom programa de vídeo teria que levar em conta as diferenças culturais, os saberes locais, usar a linguagem deles para abrir um universo de contato. Alguns exemplos: a pesca nas comunidades ribeirinhas, os diferentes modos de se divertir ou de se conviver socialmente dentro de uma favela, o trabalho dos ambulantes nas ruas”,

afirma.

“O material talvez seja aproveitado por uma parcela da classe média fiel ao governo e predisposta a seguir recomendações —mas mesmo esta terá dificuldades”, conclui.

Presidente do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz também afirma que é importante incentivar a leitura, mas avalia que o MEC está confundindo a promoção de uma ideia com uma política pública real de alfabetização.

O problema, diz, perpassa toda a política do governo Bolsonaro para a área. O MEC promoveu debates com especialistas internacionais sobre o tema e lançou uma publicação com diretrizes, mas ainda não explicou como o seu programa de alfabetização vai chegar à sala de aula.

Para Priscila, focar apenas a chamada literacia familiar é uma medida muito pouco ambiciosa diante do tamanho do problema no Brasil.

“Essa é a melhor forma de usar o canhão que é o MEC para melhorar a alfabetização? Parece algo mais populista porque é mais fácil do que ir nas universidades e mudar a formação dos professores alfabetizadores”, afirma.

Em sua avaliação, o governo Bolsonaro também perde a oportunidade de nacionalizar a reconhecida política de alfabetização do Ceará, algo que poderia ter um impacto muito maior.





Com uma das menores rendas médias do país, o estado se destacou por seus resultados educacionais ao desenvolver uma parceria inovadora com os municípios, responsáveis pela etapas iniciais da escolarização.

Entre as medidas adotadas pelo estado estão a elaboração de material didático estruturado, formação de professores e um incentivo financeiro: as cidades que avançam mais recebem uma fatia maior do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O MEC afirma que o foco da política são as famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiárias do Bolsa Família com filhos entre 0 e 5 anos de idade.

Diz que as crianças de todas as escolas receberão as obras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e Literário no segundo semestre de 2020.

A pasta não respondeu se a campanha em shoppings e a propaganda dialoga com as famílias mais pobres.

Projeto para verba da Lava Jato não ficou pronto, diz Weintraub

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou nesta sexta (17) que os recursos resgatados pela Lava Jato e direcionados para sua pasta não foram usados porque não havia um projeto pronto para aplicação do dinheiro na educação infantil.

A Folha revelou que o MEC (Ministério da Educação) foi a única pasta, entre as sete que receberam parte desses recursos, que não utilizou nenhum centavo em 2019. Ao MEC, coube a maior fatia do fundo — mais de R\$ 1 bilhão do total de R\$ 2,6 bilhões —, mas a pasta não fez nenhum empenho.

A intenção de alocar os recursos recuperados da Lava Jato na educação, sobretudo em creches, tem sido mencionada por membros do governo desde o primeiro semestre de 2019.

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou em setembro passado o acordo sobre a destinação do dinheiro. Em novembro, os recursos já chegaram aos ministérios.

O ministro disse que o MEC não teve tempo para finalizar um projeto para alocação. Segundo ele, o governo prepara o que será o maior programa de creches “que o mundo ocidental” já viu.

Ministro diz que ditadura é polêmica e que tema não deve ser abordado no Enem

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta sexta (17) que a ditadura militar é um tema polêmico e que ainda não há uma pacificação sobre o que ocorreu durante o período (1964-1985). Pela primeira vez desde 2009, o tema não foi abordado no Enem 2019.

Em entrevista à imprensa sobre um balanço da última edição do exame, o ministro defendeu que não houve questões polêmicas ou ideológicas na prova.

Ao ser questionado pela Folha sobre se achava que a ditadura era um tema polêmico e que deveria estar fora do Enem, o ministro disse: "Como aqui no Brasil existe ainda uma coisa não pacificada de como foi o período do regime militar, o objetivo do Enem não é polemizar, e sim selecionar as melhores cabeças. Nós —nem fui eu—, o banco examinador resolveu não colocar [questões sobre a ditadura na prova], não é para ter questão polêmica".

Ele fez menção às ditaduras de Cuba e da Venezuela. "Para mim, ditadura é isso, uma situação muito pesada."

Apesar de ter dito isso, Weintraub afirmou, logo depois, que não participou de qualquer decisão sobre o conteúdo da prova e que não viu o exame antes da aplicação. Alexandre Lopes, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) afirmou que não houve nenhum tipo de orientação para censurar determinados temas.

Como o exame é a principal porta de entrada para o ensino superior público, os conteúdos do Enem servem como referências para escolas de ensino médio.

Em 2019, o governo criou uma comissão para fazer um pente-fino ideológico no banco de questões usado para elaborar o Enem. O Inep divulgou posteriormente que 66 questões foram classificadas como inadequadas por essa comissão, mas nunca apresentou quais foram os itens barrados.

Lopes disse que uma nova comissão será criada neste ano para analisar as questões.

O número de candidatos com a redação zerada no Enem 2019 foi de 143.736, o equivalente a 4% dos inscritos. Apenas 53 dos 3,8 milhões de participantes conseguiram nota máxima na correção de seus textos.

Em 2018, o número de redações zeradas havia representado 2,7% dos participantes, com 55 notas máximas.

Em 2019, os candidatos tiveram que escrever uma dissertação sobre "Democratização do acesso ao cinema no Brasil". A nota da redação varia de 0 a 1.000 e costuma ser crucial na disputa por vagas mais concorridas.

Das redações zeradas, 42% ocorreram porque os candidatos entregaram em branco, 28% porque fugiram ao tema e 16% por causa de cópia dos textos motivadores da proposta. O restante foi por outros motivos, como texto insuficiente ou não atendimento ao gênero textual exigido.

Com exceção da redação, as médias em todas as áreas da prova ficaram abaixo das registradas em 2018.

Essa variação pode servir de termômetro da qualidade do ensino médio, mas o exame deixou de ser o instrumento oficial para avaliação do sistema educacional. Para isso existe o Saeb, aplicado para alunos do ensino fundamental e do médio.

Weintraub defende Enem sem ditadura

Ministro diz que banca examinadora 'resolveu não colocar' item sobre período histórico na prova porque tema 'não é pacificado' no Brasil

Vinicius Valfre / BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu ontem a ausência de questões sobre a ditadura militar no Brasil na última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Pela primeira vez em dez anos, o tema não foi abordado na prova. Segundo o ministro, o objetivo do teste "não é polemizar" e a questão da ditadura não está "pacificada".

Questionado sobre a ausência do assunto no exame, o ministro citou Cuba e Venezuela. "Para mim, ditadura é isso, uma situação muito pesada. Como aqui no Brasil existe ainda uma coisa não pacificada de como foi o período do regime militar, e o objetivo do Enem não é polemizar, o banco examinador resolveu não colocar. Não é para ter questão polêmica."

No ano passado, a gestão Jair Bolsonaro criou uma comissão para inspecionar questões do Enem, com o objetivo de fazer varredura de conteúdos com "abordagens controversas" e "teor ofensivo". Foram barradas 66 perguntas do banco de itens do ministério, segundo balanço da própria pasta, mas o conteúdo dessas questões nunca foi revelado. Desde 2018, Bolsonaro tem criticado um suposto viés ideológico do teste.

Ontem, o ministro apresentou os resultados do último Enem. No total, 53 candidatos tiraram avaliação máxima na Redação (mil pontos) e 143,7 mil receberam tiveram nota zero – 3,9 milhões fizeram o exame.

Em Matemática, a média geral foi de 523,1 (em uma escala de zero a mil). Em Linguagens, foi de 520,9. Nas áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, as médias foram de 508 e 477,8, respectivamente.

Digital. Weintraub ainda dobrou para 100 mil o número de candidatos que poderão fazer, de modo experimental, o exame pelo meio digital este ano. Até então, o teste digital seria feito com 50 mil estudantes. A meta da pasta é fazer uma transição gradativa para a nova versão até 2026, com a extinção da prova em papel.

Nota mil quer Medicina e tenta Enem pela 3ª vez

“Tudo o que eu via, ouvia ou lia servia como referência para escrever e treinar para a redação”, conta Gabriel Lopes, de 20 anos. Ele foi um dos 53 estudantes do País com nota máxima na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio 2019 (Enem).

“Eu escrevia redações toda semana, mas não fazia muitas. No máximo duas por semana. Acredito que o diferencial tenha sido ler muito para ter argumentos para escrever sobre qualquer assunto e também pensar e debater sobre temas que poderiam ser abordados”, diz Lopes. O tema da Redação do Enem foi “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”.

O jovem, que estuda no Colégio PH, no Rio, fez a prova do Enem pela 3.ª vez. Ele quer estudar Medicina na Universidade Federal do Rio (UFRJ), que estabeleceu a nota da Redação com peso quatro na nota final dos candidatos. “Nunca tive dificuldade em escrever, mas, como a nota na Redação pesa muito para entrar na UFRJ, me dediquei porque sabia que uma nota alta seria o meu diferencial.”

Ele diz ter ficado surpreso ao ver o tema do texto, mas logo se acalmou porque havia treinado outras redações em que escreveu sobre cultura. “Eu tinha boas referências para apresentar no texto.” Ele citou um filme que havia visto sobre jovens da periferia de São Paulo que usavam a produção cinematográfica para mostrar sua visão de mundo. / ISABELA PALHARES

ENEM »

Só 53 com nota máxima

Dos 3,9 milhões de candidatos que se submeteram ao exame, em 2019, uma parcela ínfima "gabaritou" a redação. E pior: mais de 143 mil estudantes tiraram zero, um número superior ao de 2018. Mas a média da nota para a elaboração de texto subiu

» CATARINA LOIOLA*
» RAFAELA GONÇALVES*

Apenas 53 dos 3,9 milhões de candidatos que se submeteram ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2019, conseguiram atingir a nota máxima na redação. A constatação foi divulgada, ontem, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Outro dado negativo: mais de 143 mil estudantes zeraram a redação, número superior ao de 2018, quando 112.559 mil candidatos tiraram zero. De positivo, a média da nota da redação, que aumentou de um ano para outro — em 2018 foi 522,8, enquanto em 2019 atingiu 593,9.

O recorde de participantes com nota zero ocorreu em 2017, quando 309.157 alunos zeraram o exame por diversos motivos. Em 2019, a principal razão pela qual os alunos não conseguiram nota foi por entregar a prova em branco, seguido de fuga ao tema proposto no teste e



Ana Clara (alto) e Gabriela (acima) querem cursar medicina, fazem cursinho e são ex-alunas do Leonardo da Vinci

de cópia do texto motivacional — quando o candidato simplesmente copia trechos do texto de apoio, que é disponibilizado no caderno da prova, para a realização da redação. O tema do ano passado foi “Democratização do acesso ao cinema”.

A média de desempenho no restante da prova diminuiu em todos os segmentos do conhecimento. A maior queda foi em Ciências Humanas, que passou de 559,2 em 2018 para 508, em 2019. Em Ciências da Natureza, caiu de 493,8 em 2018 para 477,8 no exame do ano passado. Em Matemática, a redução da média foi de 535,5 para

523,1 entre um ano e outro. A menor diminuição foi em Linguagens e códigos: de 526,9 em 2018 para 520,9, em 2019.

Segundo o presidente do Inep, Alexandre Lopes, a redução de média entre um ano e outro mostra como está a proficiência dos alunos em relação ao conteúdo da prova no ano de aplicação. Ele explicou que o teste teve o mesmo nível de dificuldade para todos os alunos. A nota do Enem é calculada com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), ou seja, um conjunto de cálculos que permite a comparabilidade entre as edições do exame.





Qualidade

Na visão do ministro da Educação, Abraham Weintraub, os resultados do Enem de 2018 e 2019 mostram que os últimos anos de ensino não tiveram a qualidade ideal. “Quem fez o Enem esse ano (2019), se formou no ano passado (2018). Ele foi formado nos últimos 16 anos”, afirma. “Assim como o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), que foi feito em 2018, é fruto da decisão de eleger o PT (Partido dos Trabalhadores) durante quatro mandatos consecutivos. Tem efeito colateral claro: o ensino não avançou no Brasil”, disse, referindo-se ao período entre 2002 e 2018.

Para o professor do Departamento de Planejamento e Administração da Universidade de Brasília (UnB), Cleyton Hércules, a queda nos resultados pode ser consequência dos comentários sobre a alteração da prova. “O desempenho pode ter sido pior por

um descrédito em relação ao gerenciamento da prova por parte do governo, que anunciou diversas vezes que faria alterações. A criação de comissões para gerar as questões talvez tenha deixado os estudantes menos confiantes”, avaliou.

O vice-reitor acadêmico do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Luiz Cláudio Costa, frisou que os dados mostram o grande desafio do ensino médio que o Brasil precisa enfrentar. “Apenas 54% dos jovens concluem o ensino médio segundo o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Claro que diante desses dados do Enem precisamos levar em consideração que não há o recorte dos concluintes. Têm aí estudantes que ainda não concluíram em treinamento, ou que já terminaram há muito tempo. Mas, esses dados preocupam e apontam que precisamos reforçar, principalmente junto aos estados, que têm responsabilidade nisso”.

Para o professor da UnB Cleyton Hércules, o tema da redação é considerado por grande maioria dos especialistas completamente inusitado. “Os estudantes e professores aguardavam temas da atualidade. Muitas das cidades em que os estudantes fizeram a prova sequer têm cinemas. Então, como tratar disso?”, indaga. “Também não sabemos se a correção teve um viés ideológico em relação aos estudantes que se posicionaram de maneira mais crítica.”

Quem não conferiu a nota ainda pode acessar no site enem.inep.gov.br.

Versão digital

O MEC também anunciou que este ano começará a aplicar o Enem em formato digital. Antes, a meta era a de 50 mil estudantes, de 15 capitais, em modelo-piloto na primeira aplicação. Mas o ministro da Educação, Abrahão Weintraub, aumentou a meta para 100 mil. A adesão dos candidatos será opcional no ato de inscrição e o valor será o mesmo para todos os inscritos. O Inep estima investir cerca de R\$ 20 milhões no projeto, em 2020, e não pretende comprar novos computadores, mas sim usar equipamentos de instituições de ensino localizadas nas cidades participantes. Neste ano, o Enem digital será aplicado nos dias 11 e 18 de outubro. Já a prova tradicional, nos dias 1º e 8 de novembro. O MEC prevê ainda que, até 2026, 100% das provas serão aplicadas por meio digital.

DF tem duas alunas com 1.000 pontos

» Ana Paula Lisboa
» Ana Lídia Araújo*

Tirar 1.000 na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não é tarefa fácil. Anualmente, apenas uma pequena proporção de candidatos alcança pontuação máxima no texto. Na edição de 2019, entre os mais de 3,9 milhões inscritos, 53 pessoas conseguiram a façanha ao escreverem sobre o tema “Democratização do acesso ao cinema”. No outro extremo, mais de 143 mil tiraram zero.

Entre as 53 redações nota 1.000, 32 foram escritas por mulheres, incluindo as duas do Distrito Federal com pontuação máxima. As jovens campeãs com ótimo desempenho têm em comum o desejo de cursar medicina, a conclusão do ensino médio no Centro Educacional Leonardo da Vinci e o fato de fazerem cursinho.

Ana Clara Socha, 21 anos, e Gabriela Lopes Alencar, 19, se dedicam ao Enem há alguns anos e atribuem o bom resultado a treino e orientação de professores. Em 2019, Ana Clara fazia no mínimo duas redações por semana. Gabriela tinha a mesma prática no primeiro semestre e aumentou a frequência para três na segunda metade do ano. Ambas as estudantes ficaram

surpresas e felizes com o resultado, além de animadas com o impacto que a nota 1.000 pode ter rumo à aprovação em medicina.

“Quanto mais alta a pontuação melhor, qualquer pontinho faz diferença. Na última edição, eu não passei por centésimos. Se eu tivesse tirado 20 pontos a mais na redação, eu teria passado”, conta Gabriela, aluna do cursinho Único Educacional, em Taguatinga.

Ana Clara não considerou o tema difícil. “A gente treina bastante tema cultural. Eu sabia que tinha argumentos para escrever”, relata. A Universidade de Brasília (UnB) — que adota a nota do Enem como forma de ingresso em seleção própria — e a Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs) — que adota o SisU — estão nos planos das jovens.

Com relação a dicas para saber construir uma boa redação, ela indica treino e apoio especializado: “Eu acho que fazer muitas redações é essencial, além de ter um bom corretor para te ajudar e procurar sempre repertórios para enriquecer a redação”. Treinar o tempo é outro conselho. “Durante a semana, eu fazia simulado com tempo a menos, pois teve provas que eu não consegui terminar. Treinar assim me ajudou. Então, no dia do Enem, consegui fazer todas as questões.”

Equilíbrio

Com tradição de notas altas no exame (em 2017 e em 2018, ela tirou 900), Gabriela destaca a importância de fazer simulados. “Nos fins de semana, era o que eu fazia no cursinho. Ou então, eu imprimia prova do Enem para fazer em casa”, detalha.

Ela alerta, porém, que apesar de a dedicação ser fundamental, o equilíbrio também deve ser valorizado. “Os alunos que estudam para o Enem precisam cuidar da saúde mental. Eu via gente que não dormia direito, que dizia ‘vou estudar até morrer’ e, às vezes, tinha resultado até pior”, afirma. E acrescenta:

“Eu priorizei me cuidar. Não dá para só estudar. O segredo para essa minha nota na redação e para as minhas notas no Enem, que foram boas no geral, está em focar o exame e descansar.”

Em anos anteriores, Gabriela dividiu a atenção entre o Enem e vestibulares, o que ela avalia que acabou trazendo um resultado pior. “Acho que você deve focar só no Enem. A prova é meio ciumenta”, brinca. Isso também para o texto. Antes, ela era mais acostumada com o modelo de redação cobrado pela UnB, por exemplo no Programa de Avaliação Seriada (PAS) e no



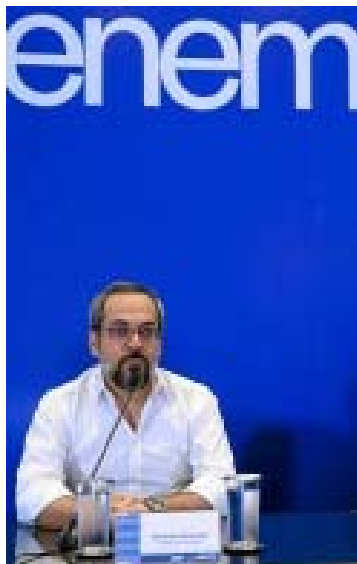


vestibular. Em 2019, ela passou a treinar só para o modelo de dissertação do Enem.

Uma dica que ela dá é, além de escrever, corrigir. “Não adianta só fazer. Revisar depois com um professor é o ideal. Muita gente não tem acesso a isso, mas tem alguns canais no YouTube que ajudam muito. Por exemplo, alguns alunos que tiraram nota 1.000 na última edição fizeram vídeos dando dicas muito boas”, aponta. (CL)

* Estagiárias sob supervisão de Ana Paula Lisboa e Fabio Grecchi

Ditadura fica de fora da prova



Ministro considera que não houve no Brasil um regime de exceção

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, adiantou ontem que a ditadura militar brasileira pode não mais entrar como tema no Exame Nacional do Ensino médio (Enem). O motivo, segundo ele, é que é um assunto “polêmico”, tanto que já não foi abordado nas provas do ano passado.

“Como no Brasil existe ainda uma coisa não pacificada sobre como foi o regime militar, o objetivo do Enem

não é polemizar, e sim selecionar as melhores cabeças. Nem fui eu, mas o banco examinador que resolveu não colocar. Não é para ter questão polêmica”, explicou.

Durante coletiva de divulgação do balanço do Enem 2019, o ministro afirmou que o que ocorreu no Brasil não foi uma ditadura. E justificou a afirmativa mencionando os regimes da Venezuela e de Cuba. “Vamos falar, então, da ditadura do Maduro. Para mim, ditadura é isso, uma situação muito pesada”, saiu-se.

O Enem de 2019 foi o primeiro, desde 2009, no qual questões sobre a ditadura não estiveram presentes. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012 para investigar o período, aconteceram 434 mortes e desaparecimentos por perseguição política entre 1946 e 1985.

O ministro assegurou que não interfere nas questões do Enem, nem as vê antes da aplicação do exame. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, nem o ministro nem nenhuma outra pessoa orienta como devem ser os temas da prova. “Não há, não

houve nem haverá nenhum tipo de orientação para censurar determinados temas”, garantiu Lopes.

Ano passado, o banco de questões do Enem passou por um pente-fino ideológico realizado por uma comissão criada pelo governo. Ao todo, 66 questões foram retiradas do banco por terem sido classificadas como “inadequadas” — e não se sabe quais foram vetadas. O presidente do Inep garantiu que, este ano, uma nova comissão será criada, com foco na validade das questões.

Para o professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, Mateus Gamba, as declarações do ministro são um desrespeito à historiografia e ferem a comunidade científica. “Existem dezenas de pesquisadores competentes que, há anos, estudam o regime. Não só historiadores, como cientistas políticos e sociólogos, que certificaram que houve uma ditadura militar no Brasil. Não é uma questão de opinião ou crença, inclusive por características de um estado de exceção que continuam”, criticou. (CL e RG)

CONJUNTURA »

Exame da OAB é questionado

» VERABATISTA

Bacharéis e estudantes de direito levaram ao Ministério Público Federal questionamentos contra o último exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aplicado em 1º de dezembro de 2019 pela Fundação Getulio Vargas (FGV). De acordo com a Comissão de Examinados, a prova de direito constitucional apresentou falhas sérias na “contextualização de questões e peça processual cabível”, ou seja, as informações estavam truncadas e sem elementos suficientes para a análise, o que levou milhares de pessoas a erro e consequente reprovação.

Segundo Pedro Auar, presidente da comissão, a falha “prejudicou quase 7 mil pessoas, mais de metade das cerca de 13 mil que fizeram a segunda fase do exame da Ordem”. O foco das reclamações é “a escolha da peça cabível, com a troca de recurso ordinário por recurso extraordinário”.

Formados em direito não podem trabalhar como advogados sem a aprovação no exame da OAB. Para participar da prova, pagam R\$ 260 de inscrição. Se aprovados, arcam anualmente com taxa de R\$ 800 a R\$ 1.145, dependendo do estado. De acordo com Auar, somente nesse exame, o pessoal reprovado pelos

erros no enunciado da prova rendeu à OAB em torno de R\$ 1,56 milhão. Foram encaminhados à OAB, sem sucesso, pedidos de anulação de várias questões.

Alguns juristas apoiaram o pleito dos candidatos. Pelas redes sociais, o constitucionalista Pedro Lenza sustentou que “o enunciado da peça de (direito) constitucional, ao fazer uso da expressão ‘exaurimento da instância ordinária’ e a pergunta feita ao final tornaram a peça anulável, haja vista que, em tese, não caberia nenhuma espécie de recurso”, detalhou Pedro Auar.

Por meio de nota, o Conselho Federal da OAB informou que todos os recursos foram analisados pela banca organizadora e reiterou que não houve prejuízo a nenhum candidato, “não existindo motivo para a anulação do exame ou para devolução dos valores das inscrições”.

Também por meio da nota, a FGV destacou que “o questionamento isolado, sobre uma questão da prova de direito constitucional — o que naturalmente é incapaz de macular o exame —, não procede, tendo a banca examinadora, formada por juristas de reconhecimento nacional, dentro de sua autonomia e competência exclusiva, considerado a referida questão claríssima e passível de uma só resposta”.